

PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E OS DILEMAS DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA EM FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

BEATRIZ MAGALONI,

Diretora, Laboratório de Pobreza, Violência e Governança (PovGov)

VANESSA MELO,

Pequisadora e Gerente de projetos (PovGov)

JAILSON DE SOUZA SILVA,

Diretor e Pesquisador (Observatório de Favelas)

ELIANA SOUSA SILVA,

Diretor e Pesquisadora (Redes de Desenvolvimento da Maré)

REALIZAÇÃO

**LABORATÓRIO DE POBREZA, VIOLÊNCIA E
GOVERNANÇA DA UNIVERSIDADE DE STANFORD**

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ

PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E OS DILEMAS DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA EM FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

BEATRIZ MAGALONI,

Diretora, Laboratório de Pobreza, Violência e Governança (PovGov)

VANESSA MELO,

Pequisadora e Gerente de projetos (PovGov)

JAILSON DE SOUZA SILVA,

Diretor e Pequisador (Observatório de Favelas)

ELIANA SOUSA SILVA,

Diretor e Pequisadora (Redes de Desenvolvimento da Maré)

REALIZAÇÃO

**LABORATÓRIO DE POBREZA, VIOLÊNCIA E
GOVERNANÇA DA UNIVERSIDADE DE STANFORD**

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ

ENTREVISTADORES E FACILITADORES DE CAMPO:

Adriano Amorim	Laís Clemente de Oliveira
Alice Matos	Lauane da Silva Borges
Aline Ádria	Leonor Resenda
Allan Philipe	Leticia Moraes Ferreira
Allan Pinheiro da Silva	Licia Lima
Anny Barglini	Lucas Siqueira Lourenço
Ariana Vasconcelos	Lucio Mauro F. da Silva
Barbara da Silva Lucas	Maiara Cristine
Benson de Freitas Silva	Marcelle Dellamarque
Carla dos Santos Oliveira	Marcos Spagolla Napoleão Tavares
Carolina Araújo	Milena Manfredini
Cintia Trigueiro da Cruz	Monique Santiago
Cristiane Monteiro Leite	Patrícia Paula da Silva
Daniella Monteiro da Silva	Priscila Santos de Oliveira
Deise da Mota Pimenta	Priscila Vicente Teixeira
Delane de Souza Santiago	Rafaela Seabra
Diogo Bezerra	Rayner Dias
Diva Santiago da Silva	Regina Celia Novaes
Elisabete Ferreira Gomes Coelho	Renata Bhering
Elza Maria Cristina Laurentino	Rodrigo Canara
Ian Ribeiro	Rogéria Batista do Nascimento
Isabel Valois	Rosilda B de Souza
Jaciele Gomes da Silva	Sheila Dos Santos Oliveira
Janaína Queiroz Ramos	Silvia Vieira Correa
Janaíne Tavares Gebatin	Sirlane Lima
Jaqueline dos Santos	Suzan Stanley
Jayvane Quirino da Silva	Taina de Paula Alvarenga
Joab da Silva Régis	Taís Souza
Jonathan W.B. da Motta	Teresa Hilma
Jordana Farias do Espírito Santo	Vanessa Santos de Araújo
Jorge Batista Júnior	Victor Silva Franco
Juliete Laurentin	Viviane Linares

AGRADECIMENTOS

Há seis anos, o Laboratório de Pobreza, Violência e Governança (PoVgov) iniciou uma pesquisa em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Rio (SESEG) e a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) com o objetivo de entender as causas individuais, contextuais, e institucionais do uso da força letal policial no Rio de Janeiro.

Como sabemos, a letalidade policial tem afetado principalmente a vida de milhares de residentes de favelas do Rio de Janeiro, levando a nossa equipe a identificar e fortalecer parcerias com moradores de favelas e organizações locais para aprofundar o nosso conhecimento sobre as consequências da violência policial nesses territórios. Consolidamos uma sólida parceira com duas das mais prestigiadas e respeitadas organizações da sociedade civil no Brasil, o Observatório de Favelas e a Redes de Desenvolvimento da Maré, para realizar um levantamento de porta a porta em larga escala sobre as percepções de segurança pública com mais de 6.000 moradores de favelas. Nossa mais profunda gratidão a Jailson Silva, Diretor do Observatório de Favelas e a Eliana Sousa, Diretora da Redes, pela consolidação desta parceria, e por conduzir esta pesquisa com tanto profissionalismo, competência e paixão. Seu comprometimento profissional e seus ideais de vida são revigorantes. Obrigado por orientar a nossa equipe e supervisionar a logística desse trabalho.

Muitas pessoas em campo ajudaram a produzir este estudo. Agradecemos a Lidiane Malanquini e Gisele Ribeiro Martins por brilhantemente coordenar a pesquisa de campo, e por solucionar muitos desafios e problemas que surgiram durante a coleta dos instrumentos. Além disso, gostaríamos de agradecer aos enumeradores e aos facilitadores de campo pelo compromisso e incansável trabalho para a coleta das pesquisas. Sabemos que este trabalho não teria sido possível sem a sua coragem e comprometimento (Encontre uma lista dos nossos enumeradores no apêndice). Agradecemos a Elionalva Sousa Silva pelo apoio com os contratos, orçamentos e assuntos administrativos, e a Rodrigo Azevedo e sua equipe por gerar resultados iniciais e criar uma identidade digital para este estudo.

Por último, um agradecimento especial a Roberto Nelson por gentilmente nos ajudar a pensar e organizar este relatório, e também por elaborar e descrever a seção da nuvem de palavras. Obrigada a Gustavo Empinotti pela organização do nosso banco de dados. Além disso, agradecemos a Veriene Melo por contribuir com a análise inicial deste trabalho e suas notáveis informações sobre o tema. Veriene também está trabalhando para expandir a análise qualitativa de 40 extensas entrevistas ou estudos de caso - que também fazem parte desta pesquisa, mas não estão incluídos neste relatório. Mais uma vez, agradecemos a todos que participaram deste importante estudo. Graças a vocês, este estudo deu voz a 6.000 residentes de favelas sobre questões críticas referentes à segurança pública, vitimização e relacionamento com a Polícia Militar.

1. UMA VISÃO GERAL DA PESQUISA

Este estudo foi conduzido pelo Laboratório de Pobreza, Violência e Governança (PovGov) de Stanford, em parceria com o Observatório de Favelas com sede no Rio de Janeiro e a Redes da Maré, duas das organizações mais respeitadas da sociedade civil atuantes em favelas do Rio de Janeiro. O estudo procura compreender as percepções de segurança pública dos residentes de quatro favelas que receberam uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), Cidade de Deus, Providência, Rocinha e Batan. Além disso, a pesquisa também contemplou o Complexo da Maré durante a experiência de "pré pacificação", quando as Forças Armadas Brasileiras e a Polícia Militar ocuparam o território em preparação para a chegada da UPP (Sousa Silva, 2017). No final, o Complexo de Maré não recebeu uma UPP e a ocupação do território pelas forças armadas marcou o fim da reforma da "pacificação".

O objetivo deste estudo é explorar temas relacionados à segurança pública e violência. A pesquisa de maior escala realizada porta à porta em favelas foi conduzida entre setembro de 2015 a fevereiro de 2016, com cerca de 5.000 entrevistados nas favelas Cidade de Deus, Providência, Rocinha e Batan, e 1.300 moradores de Maré.

Nosso objetivo é gerar um debate mais aprofundado sobre a situação de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro e promover um espaço de voz para os moradores das favelas do Rio. Buscamos transmitir as experiências e as perspectivas de um grande número de residentes da favela, incluindo o seu padrão de interação com a polícia e os grupos criminosos armados, suas experiências de vitimização, mudanças no âmbito da segurança, avaliações da UPP e da Polícia Militar de forma mais ampla, e a situação geral de segurança pública nessas comunidades.

2. UMA VISÃO GERAL SOBRE O CONTEXTO DE SEGURANÇA NAS FAVELAS DO RIO¹

O Estado do Rio de Janeiro seguiu, historicamente, uma estratégia de repressão e negligência em relação às favelas. Ele oferece serviços públicos de qualidades precária, como saúde, educação e infra-estrutura pública, e nunca se propôs a reconhecer e ofertar o direito dos moradores à segurança pública. Em sua ausência, facções de traficantes de drogas e milícias assumiram o controle desses territórios e estabeleceram formas paralelas de regulação do espaço público e de ordem social.

Nesse quadro, as organizações criminosas passaram a lutar constantemente pelo controle das favelas; são três as facções envolvidas com o comércio de drogas, especialmente: Comando Vermelho (CV), Amigo dos Amigos (ADA) e o Terceiro Comando (TC)². Além disso, grupos denominados de Milícias, dirigidos por integrantes oriundos das forças de segurança - policiais, bombeiros e guardas penitenciários - dominaram amplos territórios da cidade, a partir de uma organização com homens bem armados e organizados. As milícias buscam se legitimar diante da população expulsando traficantes de drogas e proibindo seu consumo, além de oferecer segurança no território, mas, na realidade, seu objetivo central, de acordo com Ribeiro e Oliveira (2010), é o ganho econômico. Para isso, desenvolvem várias atividades, em especial a extorsão dos moradores e comerciantes nas localidades que dominam. Em algumas favelas (por exemplo, na Maré), as três facções criminosas competem pelo controle do território, e as milícias também estão presentes, submetendo os residentes a constantes situações de violência (Souza Silva, 2012).

À medida que os grupos de tráfico de drogas se tornaram uma ameaça real para o Estado e a cidade, o governo respondeu declarando uma "guerra contra o crime". A Polícia Militar se engajou em "invasões" periódicas às favelas, cada vez mais confiando em unidades especiais de operação, como a Batalhão de Operações Especiais (BOPE), treinado em guerra urbana, bem como equipes táticas que atuam regularmente nos batalhões. Os policiais do BOPE raramente se ferem - ou morrem - e suas operações são conhecidas pela violência e pretensa "eficiência".

Uma das consequências negativas da abordagem militarizada para o policiamento nas favelas é que esse método termina por gerar violação dos direitos. Isso enfraquece a legitimidade da polícia com os moradores e até reforça a sensação em parte dos moradores que os integrantes das facções de traficantes são mais respeitosos e defendem mais a comunidade. Assumindo a condição de uma força invasora, os policiais, em geral, desconfiam dos moradores e muitas vezes os tratam como se fossem "inimigos do estado" e associados aos traficantes.

¹ ESTÁ SEÇÃO FOI EXTRAÍDA DIRETAMENTE DA PUBLICAÇÃO DE MAGALONI, BEATRIZ, EDGAR FRANCO AND VANESSA MELO (2017) "KILLING IN THE SLUMS: THE PROBLEMS OF SOCIAL ORDER AND POLICING IN RIO DE JANEIRO".

² EM 2018, TÊM CIRCULADOS INFORMAÇÕES NA MÍDIA QUE SINALIZAM O ESTABELECIMENTO DE UMA FUSÃO ENTRE ADA, O TCP E SUA ASSOCIAÇÃO - O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL, MAIOR FACÇÃO CRIMINOSA DO PAÍS, COM BASE EM SÃO PAULO. ASSIM, ELES TERIAM CONSTITUÍDO O TCA - TERCEIRO COMANDO DE AMIGOS 15 3 3 (QUE SINALIZA AS LETRAS DO PCC NO ALFABETO).

Os maus tratos da polícia variam de buscas injustificadas e sem mandado nas casas, espancamentos, tortura (asfixiar e afogar as vítimas para obter informações sobre traficantes) e execuções sumárias (Relatório do Relator Especial da ONU para Execuções Sumárias, 2009, Relatório Anistia Internacional, 2015). Essas ações agressivas corroem a legitimidade da polícia e a cooperação com a aplicação da lei (Tyler, 2001; Tyler, 1990; Tyler e Huo, 2002; Tyler, 2003: p. 286; Kirsk et al, 2012). Não é surpreendente, então, que os residentes das favelas geralmente considerem a polícia como um instrumento de repressão e não como uma instituição para proteger seus direitos (Sousa Silva, Id.).

Na década de 1990, Marcelo Alencar, governador responsável por uma gestão conservadora, instituiu uma estratégia muito controversa no campo da segurança pública: conhecida como "bônus de bravura", ela consistia na recompensa com bônus salarial a polícias que participassem de eventos letais com suspeitos (Cano, 1997). A lei foi revogada no final de 1998, mas a cultura policial violenta persistiu. A estratégia de policiamento militarizado resultou no mesmo resultado que a guerra civil entre grupos criminosos: a morte e a insegurança. Somente em 2007, os registros oficiais identificaram mais de 1.300 vítimas fatais de intervenções policiais no Estado do Rio.

A violência policial atinge criminosos e residentes. A Polícia Militar justifica os homicídios perpetrados pela polícia com base no argumento de ação em legítima defesa ou devido à "resistência à prisão" (Auto de Resistência) por parte dos suspeitos ou criminosos. Os comandantes da polícia raramente realizam investigações internas quando a polícia comete um homicídio causado por intervenção policial e a justiça criminal praticamente nunca investiga esses assassinatos. A realidade é que as mortes cometidas por policiais são naturalizadas pelo Estado e pela sociedade em geral, banalizando uma violência letal que atinge especialmente os jovens pretos nas favelas. Uma frase difundida no país e que conta com a aceitação de uma considerável parcela da população é - "Bandido bom é bandido morto". Ela é um reflexo direto dos estereótipos violentos e do racismo existentes na sociedade brasileira.

Cabe assinalar que a violência letal dominante na favela não mata apenas pretensos criminosos, mas também crianças, mulheres e homens sem nenhum vínculo com atividades criminosas. Alguns dos mais infames da história do Rio de Janeiro foram: o massacre na Igreja da Candelária, onde um esquadrão da morte exterminou seis crianças e seis adolescentes; o assassinato de onze jovens da favela de Acari; o massacre de Vigário Geral, no qual, por vingança, cerca de 50 policiais chegaram à favela e assassinaram um total de 21 pessoas desarmadas (Glenny, 2015); a morte de 31 pessoas nas cidades de Nova Iguaçu e Queimados, escolhidas de forma aleatória; e, o mais recente, em 2013, nove residentes foram mortos no Complexo da Maré após a morte de um sargento do BOPE. Todas essas ações foram efetivadas por policiais, em sua totalidade ou direção.

No caso do massacre da Maré, Sousa Silva (2017) explica que as manifestações de organizações locais levaram a Polícia Civil a investigar, pela primeira vez, esse tipo de evento no território. Após três anos, a conclusão foi de que oito moradores foram mortos supostamente resistindo a polícia e um foi assassinado a sangue frio. Entretanto, nenhum policial foi responsabilizado e punido por essa morte reconhecida como um assassinato cruel.

Em 2008, o governo do Rio de Janeiro implementou uma reforma policial de longo alcance com a introdução das Unidades de Polícia pacificadora (UPPs), estratégia inspirada em noções de policiamento orientado para a comunidade, com forças compostas principalmente por policiais jovens recém formados na Academia de Polícia. A "pacificação" implicou uma "invasão" pré-anunciada pelo BOPE e, em alguns casos, as forças armadas também estavam envolvidas. Em contraste com as invasões do passado, desta vez a comunidade foi previamente alertada desde o primeiro momento, a fim de se evitar resistência armada. Nesse processo, alguns criminosos foram presos, mas muitos outros escaparam das favelas que receberam a intervenção, refugiando-se em favelas controladas pela mesma facção para, mais tarde, retornarem às suas favelas de origem. Após uma fase inicial de estabilização, a favela era então entregue à UPP.

A primeira UPP foi introduzida em 2008 e essas unidades gradualmente se expandiram até atingirem cerca de 140 favelas – especialmente as maiores – para um total de 763 favelas na cidade, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Mais de 9 mil policiais foram designados para as UPPs, chegando-se a atingir a proporção de 11 policiais por 1.000 habitantes.

Magaloni et al (2017) identificaram três motivações por trás da localização das UPPs. a primeira seria econômica: favelas próximas de destinos turísticos na região mais rica da cidade - Zona Sul - e no estádio do Maracanã foram priorizadas. Um grande incentivo para o governo implementar a UPP foi o fato de que o Brasil ganhou a candidatura para realizar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, ambos realizados no Rio. E um dos compromissos para garantir esses eventos era garantir as condições de segurança pública. Outro incentivo para intervir nas favelas da Zona Sul foi que estes territórios estão localizadas em morros de bairros de classe alta, como Ipanema, Leblon e Copacabana, cujas exigências de segurança são uma grande preocupação para o governo.

O segundo motivo para a seleção dos territórios de UPP foi tático, com uma preocupação objetiva em ocupar, de forma prioritária, territórios controlados pelo Comando Vermelho - CV. Essa facção criminosa, além de controlar o tráfico de drogas nas favelas das áreas mais ricas da cidade, é a mais forte e beligerante, tendo, em várias ocasiões, se dedicado à atividades terroristas em larga escala, como ataques à edifícios da Polícia Militar e queima de ônibus. O CV também se envolveu em seqüestros e roubos de bancos (Arias, 2006; Barbosa, 2015; Glenny, 2015). Em contraste, as favelas da ADA receberiam menos UPPs, pois historicamente esta facção criminosa optou pela “negociação” com a polícia e a corrupção, com menos confronto.

Finalmente, as favelas controladas pelas milícias não foram atingidas pela ocupação, com exceção de Batan, uma favela pobre localizada na Zona Oeste da cidade. E isso só aconteceu por causa da repercussão do fato do grupo local ter torturado dois jornalistas do Jornal O Dia, que fazia uma matéria sobre eles. Como Glenny (2015) explica "as atividades freelance [das milícias] gozam do apoio tácito de seus comandantes, bem como de uma grande parte da classe média assustada com o que eles consideravam a ameaça das favelas" (p.83).

Em termos de tempo das intervenções, a primeira etapa de pacificação foi menos desafiadora porque incluiu favelas menores na Zona Sul. Em novembro de 2010, o processo de pacificação iniciou um novo estágio quando a principal favela controlada pelo CV, o Complexo Alemão, foi ocupada por uma força de 1.200 policiais militares, 400 policiais civis, 300 policiais federais e 800 membros do exército brasileiro. Este segmento das forças armadas ocupou o Complexo por cerca de 14 meses até as quatro UPPs propostas para a região serem introduzidas, em meados de 2012. A intervenção da UPP no Complexo do Alemão não fazia parte do plano original, ocorrendo em resposta a uma ação beligerante do CV em meados de novembro de 2010.

Uma das maiores favelas do Rio e a mais conhecida, Rocinha, que era o coração da facção ADA, foi ocupada em 2012. Apesar de localizada na área mais rica da cidade, a pacificação na Rocinha provavelmente não aconteceria sem o evento ocorrido no Intercontinental Hotel em agosto 2010: um grupo de traficantes da Rocinha manteve turistas refém por horas, até serem instruídos pelo seu chefe de então a entregarem-se pacificamente (Glenny, p. 230-239). A proximidade da Copa do Mundo e das Olimpíadas tornou difícil uma justificativa plausível do governo para não intervir na Rocinha³.

Ao contrário do que ocorreu na maioria das favelas, o controle pelas forças policiais do Alemão e da Rocinha - assim como da Mangueira, outra importante favela carioca - foi sendo, gradualmente, contestado pelos grupos criminosos locais. Assim, os confrontos violentos entre policiais e traficantes foram se tornando mais frequentes, aumentando significativamente a taxa de mortes de policiais das UPPs, de moradores e de jovens criminosos. Em função disso, uma importante mudança foi ocorrendo no perfil dos policiais, com o BOPE assumindo o seu treinamento ou mesmo deslocando policiais para as unidades mais complexas. Desse modo, a ideia de que os policiais funcionassem como mediadores e que contribuíssem para diminuir a violência foi, progressivamente, secundarizada. E o quadro de violência e de confronto nessas favelas foi se tornando crescente.

3) EM 2017, HOUVE UMA LUTA INTERNA NA FACÇÃO NA ROCINHA E SEU NOVO CHEFE - ROGÉRIO 157 - ADERIU AO CV. ESSE MOVIMENTO FOI CENTRAL PARA QUE O QUE SOBROU DA ADA BUSCASSE SE UNIR AO TCP E PCC.

O verão de 2013 marcou o início do atual período de decadência do processo de "pacificação" devido ao escândalo do "Caso Amarildo". Por mais de dois meses, um residente da Rocinha, Amarildo de Souza, foi classificado pelas autoridades como "desaparecido". Uma ampla e muito bem sucedida campanha de mobilização fez com que seu desaparecimento ganhasse uma grande repercussão e fosse investigado. A investigação revelou que Amarildo fora detido, torturado e morto por policiais da unidade local da UPP. Buscando salvar a legitimidade da UPP, a Polícia Militar prendeu 10 policiais, e o Ministério Público declarou o envolvimento de mais 15 policiais militares na tortura e morte de Amarildo. O comandante da UPP Rocinha, um policial treinado pelo BOPE, foi preso. Com isso, os protestos de várias organizações da cidade contra abusos cometidos pelas unidades foram ganhando mais visibilidade e ressonância.

Tiroteios constantes provocados por policiais dentro das favelas contribuíram ainda mais para minar a legitimidade da UPP entre os residentes da favela. Um dos momentos mais perturbadores na intervenção do Alemão foi a morte de um menino de 10 anos, Eduardo de Jesus. De fato, a lógica do confronto fez com que muitas outras pessoas, incluindo mulheres e crianças, fossem mortas a tiros ou feridas em favelas "pacificadas". A gravação de vídeos para gerar evidências da violência policial e o papel das mídias sociais, que viralmente disseminaram informações, ampliou a visibilidade dos tiroteios fatais envolvendo a polícia. Um caso paradigmático ocorreu na favela da Providência, onde cinco policiais foram flagrados em um vídeo colocando uma arma na mão de um jovem morto e desarmado para alterar a cena do crime.

O Caso Amarildo representou um grande retrocesso nos esforços do governo para construir uma imagem positiva da UPP com os residentes, e parece ter contribuído para espalhar desconfiança do projeto em todos os territórios. A missão das UPPs ficou cada vez mais comprometida à medida que as informações sobre má conduta dos seus policiais começaram a se acumular. Nossos entrevistados relataram inúmeros problemas com os policiais da UPPs: desrespeito, agressivas e sistemáticas prisões, revistas policiais desrespeitosas, tortura, extorsão e tiroteios fatais. A consequência crítica é que a comunidade não legitima a autoridade do aparelho de segurança do estado se seus moradores percebem que os policiais são abusivos ou se os vêem como criminosos.

A ocupação do Complexo da Maré pelas forças armadas marca o fim do processo de ampliação da "pacificação". O exército brasileiro ocupou a Maré – maior conjunto de favelas da cidade e a mais disputada pelas facções - de abril de 2014 a junho de 2015 (Sousa Silva, 2017). O objetivo era estabelecer condições seguras para a implementação da UPP, mas isso nunca ocorreu. Entrevistas com o Comandante Geral da UPP no momento da intervenção da Maré revelaram que a Polícia Militar concluíra que as UPPs não eram um projeto sustentável e começaram a defender sua redução ou encerramento.

Construir confiança com a polícia é difícil onde há uma longa história de opressão. A cultura policial violenta do Rio tem suas raízes no colonialismo e na escravidão; a estratégia de enfrentamento bélico adotada contra o tráfico de drogas, especialmente a partir da década de 90, foi se tornando progressivamente mais agressiva, até que chegou ao ponto de uma “guerra de extermínio”. O que gerou o aumento da letalidade tanto dos jovens das favelas como dos próprios policiais.

Assim, as UPPs foram uma tentativa de transformar a abordagem tradicional repressiva e buscar exercer a aplicação da lei nos territórios favelados. A Polícia Militar buscou efetiva práticas inovadoras, tal como a recrutar jovens policiais sem experiência prévia nos batalhões territoriais regulares para que eles não replicassem práticas antigas. Para isso, os policiais da UPP supostamente receberam um treinamento diferenciado do resto da polícia com base em policiamento orientado para o problema. Entretanto, a pesquisa qualitativa feita no âmbito desse estudo revelou que o treinamento adicional recebido por estes policiais foi muito limitado.

Assim, as UPPs foram uma tentativa de transformar a abordagem tradicional repressiva e buscar exercer a aplicação da lei nos territórios favelados. A Polícia Militar buscou efetiva práticas inovadoras, tal como a recrutar jovens policiais sem experiência prévia nos batalhões territoriais regulares para que eles não replicassem práticas antigas. Para isso, os policiais da UPP supostamente receberam um treinamento diferenciado do resto da polícia com base em policiamento orientado para o problema. Entretanto, a pesquisa qualitativa feita no âmbito desse estudo revelou que o treinamento adicional recebido por estes policiais foi muito limitado.

Concluindo o item, o objetivo da estratégia das UPPs seria instituir uma polícia próxima e amigável à comunidade, buscando diminuir a ação dos grupos de traficantes de drogas. Todavia, o programa nunca abriu de buscar um protagonismo policial que não reconhecia as práticas de regulação social já estabelecidas nas favelas cariocas. Assim, muitos comandantes das Unidades passaram a agir como se pudessem ter um poder completo sobre o território, substituindo, na prática, a lógica do chefe do tráfico como “dono da favela” (Cano et Alii, 2016). Além disso, a perspectiva de controle de território sempre marcou mais a ação dos policiais do que a preocupação em garantir o direitos dos moradores das favelas ocupadas no campo da segurança pública. Nesse sentido, elas continuaram a ser vistas como uma “arena de guerra”, com seus moradores sendo considerados a população civil numa área inimiga. Com esse tipo de representação, a insegurança, a hostilidade e o sentimento de não ser valorizado dominaram a inserção dos policiais nas favelas, gerando um conjunto de conflitos que, agravada pela decisão do tráfico de drogas de ir para o enfrentamento armado, acabou com as condições de realização do programa. Esses fatores, associado à crise fiscal que provocou praticamente a falência do Estado do Rio de Janeiro, tornaram a estratégia das UPPs um projeto visivelmente em estado de extinção.

3. MÉTODOS E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Um experiente grupo de pesquisadores das organizações da sociedade civil Observatório de Favelas e Redes da Maré aplicou um instrumento de pesquisa para 6.199 residentes de favelas, em seus domicílios, de dezembro de 2015 a março de 2016. O tempo de conclusão do questionário foi, em média, de aproximadamente 45 minutos e os entrevistadores usaram um Tablet para coletar as respostas dos entrevistados. Uma amostra representativa foi definida a partir das características demográficas das favelas, como tamanho da população e número de domicílios. A Tabela 1 indica a amostra final e margem de erro por cada favela.

Tabela 1. Amostra da pesquisa

LOCAL	NÚMERO DE ENTREVISTAS	MARGEM DE ERRO
MARÉ	1.202	+/-2,81PP
ROCINHA	1.494	+/-2,50PP
CIDADE DE DEUS	1.201	+/-2,78PP
BATAN	1.203	+/-2,73PP
PROVIDÊNCIA	1.2	+/-2,30PP
TOTAL	6.004	-

Em relação à metodologia de aplicação dos questionários, a equipe de pesquisa utilizou os setores do censo do IBGE como referência para dividir os locais a serem pesquisados. Cada entrevistador tinha uma série de setores censitários (que varia por favela) para as entrevistas. Os endereços foram selecionados por setores censitários e eles visitaram estritamente as residências previamente listadas, não podendo aplicar os questionários em endereços diferentes dos previamente estabelecidos.

Cerca de 10 a 15 entrevistadores foram contratados em cada favela para realizar a coleta de dados. Além da seleção do setor censitário, a equipe de trabalho de campo foi instruída a equilibrar certas variáveis como: a cor da pele, a idade e o gênero durante a distribuição da amostra e a coleta da pesquisa.

Dos 6.199 questionários aplicados, menos de 1% (58 questionários) foram considerados incompletos e inválidos por falta de respostas suficientes (80% incompletos). De acordo com as declarações dos entrevistadores, em ambos os casos (abandono e incompletos), as causas principais da desistência dos participantes foram: a) o tamanho do questionário, b) a dificuldade em compreender os problemas para um grupo particular de pessoas e, especialmente, c) o medo de responder a perguntas sobre a UPP e as atividades do tráfico de drogas. Durante a primeira fase da investigação, um grupo de residentes aceitou participar da pesquisa, mas depois desistiu de participar quando receberam mais informações sobre o assunto. Este universo contém um total de 376 abordagens que não estão incluídas no total dos questionários coletados.

As preocupações e os medos apresentados por centenas de habitantes não são triviais. Na verdade, o tema segurança pública, mesmo em favelas com a presença de UPPs, gera uma grande resistência - não só entre os moradores, mas também entre os pesquisadores selecionados para o trabalho. O que acentua ainda mais a relevância do estudo e o trabalho da equipe de campo.

Entre outubro e novembro de 2015, o Observatório da Favela e Redes da Maré iniciaram o processo de seleção e treinamento da equipe de campo na Maré. A aplicação de questionários neste território começou em novembro de 2015. Nas outras localidades, o treinamento e a aplicação da pesquisa ocorreram em dezembro de 2015. A coordenação do projeto desenvolveu um perfil ideal de pesquisador, com o objetivo de identificar indivíduos preparados para realizar um trabalho complexo devido às características do território, e um vasto conjunto de perguntas com temas complexos, tais como violência policial e atividades criminosas na comunidade. O perfil ideal do entrevistador foi estabelecido da seguinte forma: [1] jovens e adultos, entre 18 e 35 anos; [2] residentes das áreas a serem pesquisadas ou que trabalhassem nas localidades; [3] experiência em pesquisa de campo e /ou trabalho em favelas.

Um grupo de supervisores locais ficou à disposição das equipes de trabalho de campo. O objetivo principal da supervisão semanal foi acompanhar a coleta de dados, resolver dúvidas e apoiar os pesquisadores em campo. Os entrevistadores relataram vários problemas durante a coleta de dados. Entre eles, os mais comuns foram: a) resistência ao tema Segurança Pública/Polícia pelos residentes; b) dificuldade em manter a atenção do entrevistado até o final do questionário, devido ao tamanho e tempo de aplicação do instrumento; c) dificuldade em encontrar endereços e, d) conflitos armados nas comunidades (especialmente na Maré e na Providência).

Além das perguntas fechadas e por escala, o questionário incluiu alguns experimentos. Esses experimentos apresentaram diferentes situações a um determinado grupo de entrevistados para testar o impacto de diferentes cenários nas respostas dos participantes. Duas versões do questionário foram produzidas (grupo A e B), contendo informações minimamente modificadas. Os questionários de números pares correspondiam à versão 'a' e números ímpares à versão 'b'. Aparentemente, nenhum entrevistado detectou que havia mais de uma versão.

a) Cenário local e desafios para a coleta de dados por favela

Esta seção tem como objetivo fornecer breves informações sobre o trabalho de campo e os desafios da coleta de dados em cada território. No total, foram obtidos 6,199 mil questionários coletados nas favelas da Providência, Batan, Cidade de Deus, Rocinha e Complexo da Maré. Essas áreas foram selecionadas porque elas variam em tamanho, controle territorial e nível de conflituoso. Em particular, o Batan era controlado por milícia, Rocinha pela ADA, Providência e a Cidade de Deus pelo CV. A Maré possui as três facções criminosas e a milícia, tornando esse território um dos mais conflituosos na cidade do Rio.

Além disso, as favelas selecionadas para participar deste estudo experimentaram uma variedade de eventos locais, antes e durante o período do estudo, como disparos e assassinatos pela polícia, que podem ter influenciado nas percepções dos residentes sobre a UPP e o contexto da Segurança Pública em geral. Abaixo apresentamos uma descrição sucinta dos territórios e os desafios para a coleta de dados em cada favela durante a pesquisa.

. Cidade de Deus

A Cidade de Deus foi um dos territórios mais complexos para a aplicação dos questionários. Além da sua dimensão territorial – um dos maiores territórios estudados – entre dezembro/2015 e janeiro de 2016, esse território vivenciou conflitos armados diários entre grupos criminosos armados e forças policiais. De acordo com os relatos dos entrevistadores, os tiroteios afetaram diretamente o trabalho de campo, tornando difícil a abordagem aos residentes e o consentimento para participar da pesquisa. Devido à complexidade do território, os entrevistadores foram deslocados para áreas próximas às estradas principais da Cidade de Deus para priorizar a sua segurança e garantir a continuidade do estudo. Nessas áreas, eles perceberam uma maior abertura à participação na pesquisa. Durante este período, nove pesquisadores desistiram da pesquisa devido à grande instabilidade e complexidade do território.

. Providência

Embora a Providência seja considerada uma favela pequena entre as selecionadas para este estudo, as variações geográficas dentro da favela, como as áreas extremamente íngremes, puseram dificuldades no trânsito de pesquisadores entre as diferentes localidades da Providência. A localização da favela, perto do Centro do Rio de Janeiro, facilita a seleção e acesso de entrevistadores, dentro e fora deste território. Durante a primeira semana do estudo, a equipe experimentou alguns conflitos armados nessa localidade, o que levou à desistência de alguns pesquisadores. No entanto, os questionários foram coletados sem grandes atrasos.

Como já assinalado nesse relatório, em setembro de 2015, três meses antes deste estudo, em fato de forte repercussão pública, policiais da UPP Providência foram filmados executando um jovem e falsificando evidências para alterar a cena do crime.

. Rocinha

A Rocinha é uma das maiores favelas do Rio de Janeiro e conhecida pela complexidade da sua geografia territorial. Durante a coleta de dados, os entrevistadores queixavam-se de fadiga, já que tiveram que subir e descer os becos para contatar os entrevistados previamente selecionados. Outro problema do trabalho de campo foi a dificuldade para encontrar endereços, uma vez que os listados no Livro de Endereços Nacional (fonte de dados da pesquisa) não eram os mesmos que os residentes conheciam e usavam em suas vidas diárias. Este fato exigiu um grande esforço dos entrevistadores e dos articuladores locais. Na Rocinha, moradores locais foram contratados para realizar a pesquisa, já que o acesso a essa localidade estava distante de outras partes da cidade – leva-se uma média de 1 hora e 10 minutos de ônibus do centro da cidade para se chegar à Rocinha.

Referente à coleta de dados e percepção de moradores, os padrões de presença de grupos criminosos armados e a maior ou menor presença policial no território interferiram diretamente na presença do entrevistador naquela localidade e na percepção do residente. Outra questão que nos pareceu recorrente na pesquisa de campo seria a idéia de uma crise na UPP da Rocinha após a morte de Amarildo, tendo em vista a grande repercussão nas mídias sociais e na mídia convencional do assassinato que envolveu um grande número de policiais da unidade.

. Batan

A favela do Batan foi uma das comunidades menos complexa para mapear e pesquisar. A coordenação da pesquisa estabeleceu parcerias com algumas instituições locais para a seleção dos pesquisadores. Em geral, os pesquisadores do Batan eram residentes locais, o que facilitou o acesso ao campo, a abordagem aos moradores e a permanência no campo. Além disso, uma baixa desistência de pesquisadores (apenas 4) facilitou o processo de treinamento e fortalecimento da equipe.

. Maré

O Complexo da Maré foi o território escolhido para testar a metodologia e iniciar o trabalho de campo (novembro de 2015). Alguns fatores podem explicar a facilidade da coleta de dados na Maré em comparação com as demais áreas, como: a) maior permanência/estabilidade da equipe (apenas 3 desistências, ao longo da pesquisa); b) a experiência do Observatório de Favelas e Redes com coleta de dados nesse território; c) o reconhecimento e confiabilidade dessas instituições entre os habitantes desse território; e, d) a existência de uma equipe local experiente, que conhecia o território e possuía as habilidades necessárias para realizar trabalhos de campo na localidade.

4. DADOS DEMOGRÁFICOS

Nesta seção, apresentaremos um breve resumo das características dos residentes que participaram da pesquisa. A Tabela 2 abaixo mostra a distribuição dos residentes entrevistados por favela.

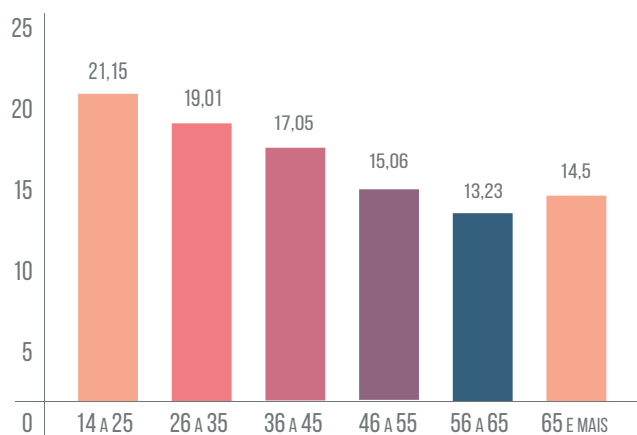
Tabela 2. Residentes entrevistados por favela

FAVELA	%
BATAN	16%
CIDADE DE DEUS	19%
MARÉ	20%
PROVIDÊNCIA	16%
ROCINHA	28%
TOTAL	100%

De todos os moradores entrevistados, 51% eram mulheres e 49% homens. Quanto à raça ou etnia, cerca de 39% se definiram como pardos, 30% brancos, 29% como pretos e um pequeno número de casos com outras categorias. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, a composição racial do estado do Rio de Janeiro é 47% branca, 39% parda e 12% preta. Assim, a composição racial da nossa pesquisa é significativamente "mais escura" do que a população em geral, com apenas 30% dos residentes que se definem como brancos.

A pesquisa selecionou residentes de diferentes idades para compreender experiências e conflitos que poderiam estar diretamente relacionados à idade. 40% dos residentes entrevistados têm entre 14 e 35 anos de idade. Historicamente, essa faixa de idade é a mais afetada pela violência policial e criminal.

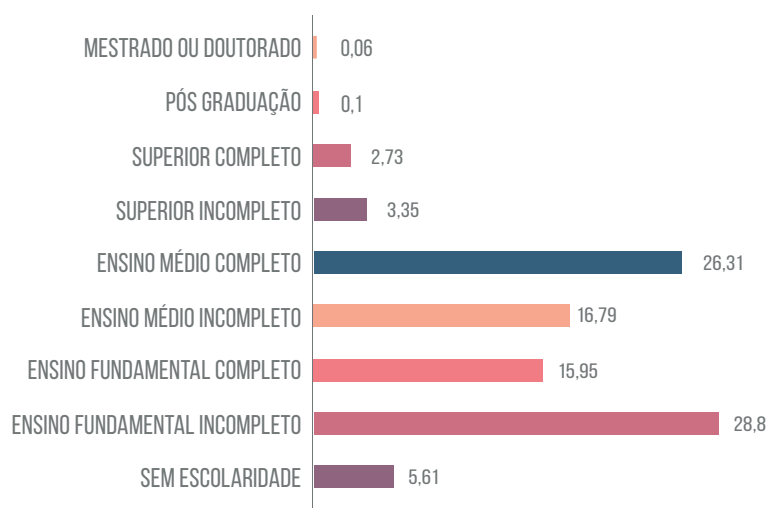
Figura 1. Grupos de idade



A maioria dos moradores declarou-se como católicos (45%) ou evangélicos (41%), com apenas 14% declarando que pertencem a outras religiões. Outros 24% declararam-se "sem religião". A percentagem de pessoas sem religião é superior à observada na população geral (16%).

Em relação ao nível de escolaridade dos entrevistados, cerca de 29% completaram o ensino fundamental e 26% completaram o ensino médio. Apenas cerca de 3% dos entrevistados tiveram acesso à universidade. O número de moradores entrevistados que frequentaram um curso de pós-graduação ou mestrado é estatisticamente insignificante na amostra coletada.

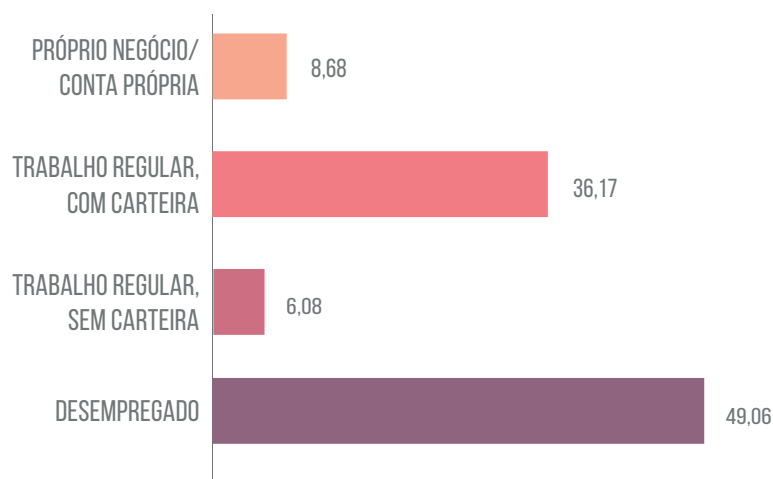
Figura 2. Escolaridade



A maioria dos entrevistados é casada (37%); no entanto, a maior porcentagem é viúva (44%). Cerca de 76% dizem ter filhos. A grande maioria dos entrevistados vivia em suas respectivas favelas por um longo período de tempo. 64% dos entrevistados relataram que viviam em suas comunidades há mais de 20 anos, seguidos de 14% com 15 a 20 anos de residência.

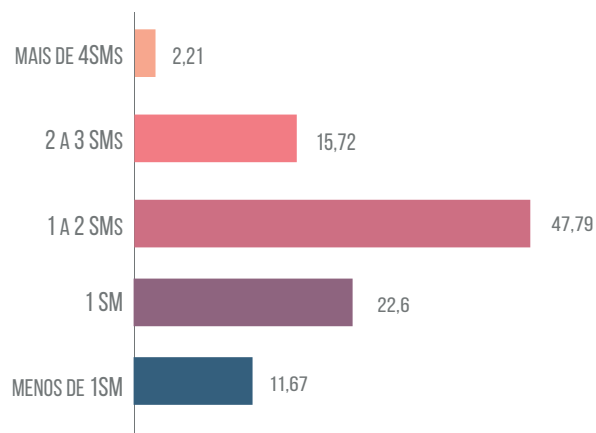
A figura abaixo mostra que a maioria dos moradores entrevistados está desempregada (49%), seguida de 39% que declararam ter um emprego formal com um contrato (carteira assinada). No entanto, 6% declararam ter atribuições de um trabalho formal, como horários de trabalho fixos e salário mensal, mesmo sem carteira assinada. Para simplificar esta análise, as respostas "Eu faço bicos" e "trabalho com familiares/não remunerado" sinalizados na pesquisa foram combinadas e classificadas como desempregados. Cerca de 9% dos participantes têm seu próprio negócio ou são autônomos.

Figura 3. Situação de emprego



A renda mensal para os residentes da favela é baixa considerando o custo de vida no Rio de Janeiro. Conforme mostrado na figura 4, cerca de 50% dos entrevistados vivem com uma renda média de um a dois salários mínimos, que correspondem a aproximadamente US \$ 293-586 dólares mensais.

Figura 4. Renda mensal



5. SENTIMENTOS EM RELAÇÃO À POLÍCIA

Novem de palavras



Iniciamos esta seção descrevendo um conjunto de sentimentos complexos de residentes de favelas à polícia. A nuvem de palavras acima resume como os residentes se sentem em relação à polícia quando perguntado: "na sua opinião, qual é o sentimento que a maioria da comunidade tem demonstrado em relação aos policiais que atuam" em sua favela".

Os entrevistados receberam várias opções igualmente divididas entre palavras positivas e negativas como: medo, respeito, desconfiança, admiração, simpatia, indiferença, desrespeito, indiferença, raiva ou "outro", e poderiam expressar qualquer sentimento que desejassem se não concordassem com qualquer uma das opções fornecidas.

A nuvem de palavras acima resume os resultados, sugerindo que, quando os residentes relacionam seus sentimentos com a polícia, eles costumavam usar uma linguagem negativa. A nuvem de palavra acima mostra cada palavra usada pelos residentes da favela para descrever a polícia, e ajusta o tamanho de cada palavra, dependendo do número de vezes que ela foi mencionada.

Várias observações se sobressaltam. Primeiro, as palavras maiores e, portanto, mais utilizadas, são críticas. O "medo" das pessoas e a "desconfiança" da polícia. Em segundo lugar, aqueles que forneceram sua visão da polícia utilizando outros termos optaram por descrever a polícia como "revoltante", "abusiva", "aterrorizante" e merecedora de "ódio". As palavras positivas mencionadas foram usadas comparativamente com pouca frequência. Por exemplo, "respeito", a terceira palavra mais escolhida, não foi acompanhada por outras avaliações positivas da polícia, mas por "indiferente", "desrespeito" e "raiva".

Em suma, quando os residentes da favela têm a oportunidade de apresentar os seus sentimentos em relação à polícia, eles respondem com linguagem acusatória que retrata um relacionamento desgastado. A UPP foi, portanto, criada para resolver um problema que existia: a desconfiança da comunidade e o medo em relação à polícia.

As seções posteriores deste relatório analisarão em que medida a UPP teve êxito na melhoria do relacionamento polícia-comunidade e revelará onde a UPP foi efetiva, bem como onde não conseguiu melhorar a imagem da Polícia Militar nos territórios favelados. O relatório também apontará variações importantes de sentimentos em relação à polícia, correlacionados à categorias sociodemográficas, como cor da pele, idade, renda e níveis de educação. Também apresentamos quem corre mais risco de ser vitimado pela polícia e por grupos criminosos, e como essas experiências de vitimização formam opiniões mais amplas sobre a UPP e a Polícia Militar.

6. AVALIAÇÕES DA UPP

Esta seção discute como os residentes das favelas selecionados para este estudo avaliam as UPPs. A seção se concentra nas favelas que receberam a UPP, excluindo as percepções dos residentes da Maré porque a UPP nunca foi implementada.

A Tabela 3 exibe informações sobre várias questões relacionadas à UPP. Estas questões revelam que os residentes têm avaliações mistas sobre a UPP: apenas 31% pensam que a UPP foi positiva para a comunidade, 23% pensam que a UPP melhorou a relação entre a comunidade e a polícia, e 28% que melhorou a vida do morador e da sua família como resultado da instalação da UPP. Em contraste, 22% responderam que a UPP era negativa, 27% que não melhorava a relação entre a polícia e a comunidade e 10% que sua vida e da família não melhoraram.

É importante ressaltar que o maior número de entrevistados não tem avaliações positivas nem negativas, respondendo a essas perguntas "em parte" ou que "as coisas ficaram as mesmas" com a UPP. Outro aspecto importante a ressaltar é que, apesar destas avaliações mistas, 46% manifestaram preferência pela UPP e apenas 15% nos disseram desejar que a UPP deixasse a favela, com os 38% restantes respondendo que "não sabem".

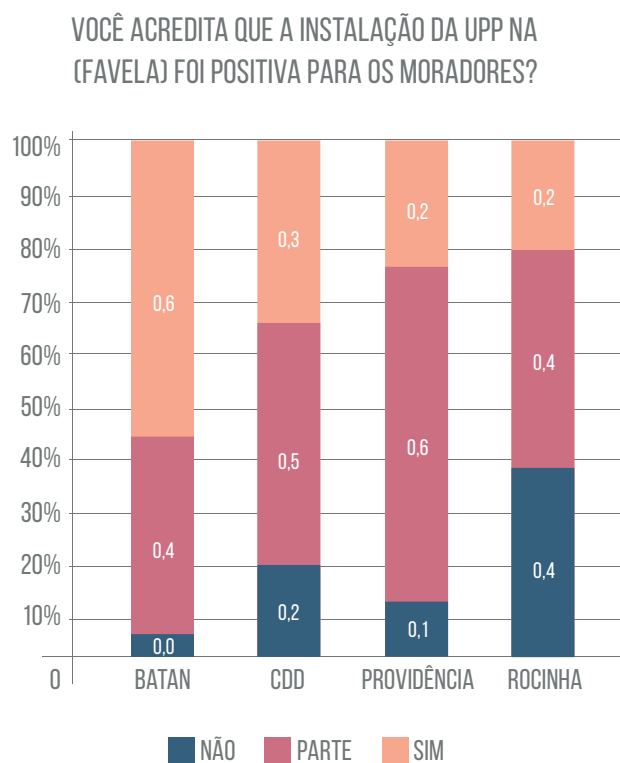
Tabela 3: Avaliações da UPP

	SIM	NÃO	EM PARTE
VOCÊ ACHA QUE A UPP FOI POSITIVA?	31%	22%	35%*
VOCÊ ACREDITA QUE A RELAÇÃO DOS MORADORES COM A POLÍCIA MELHOROU COM A UPP?	23%	27%	50%
A SUA VIDA E DA SUA FAMÍLIA MELHOROU?	28%	10%	62%
VOCÊ GOSTARIA QUE A UPP DEIXASSE A SUA COMUNIDADE?	15%	46%	38%

*EXCLUI 11% DE ENTREVISTADOS QUE RESPONDERAM "NÃO SEI".

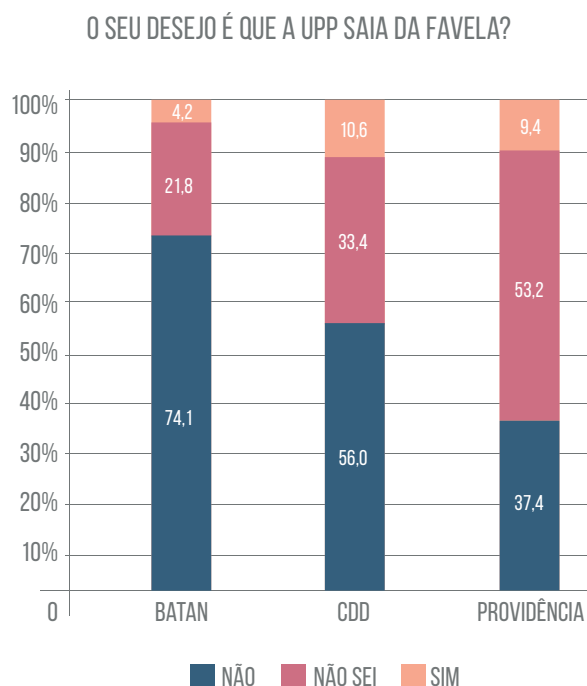
Os residentes têm avaliações extremamente diferentes da UPP, dependendo das favelas em que moram. A Figura 5 apresenta as avaliações da UPP nas diferentes favelas. No Batan, 60% da população acredita que a UPP foi uma ação positiva para os residentes da favela, com apenas 4% de discordância. Na Rocinha, em contraste, 40% da população discorda da afirmação de que a "UPP foi positiva para os residentes", com apenas metade desse percentual (20%) concordando. Providência e CDD estão no meio, com 20% e 30%, respectivamente, acreditando que a UPP era um passo positivo.

Figura 5. Avaliações da UPP



No entanto, enquanto as avaliações da UPP estão longe de ser uniformemente positivas, os entrevistados hesitam em dizer que a UPP deve sair da favela. Como mostra a Figura 6, a grande maioria ou pluralidades em três das favelas estudadas, Batan (74%), CDD (56%) e Providência (37%), não acreditam que a UPP deve abandonar a sua comunidade. Apenas a Rocinha se inclina à saída da UPP, e as opiniões dos moradores estão divididas sobre o assunto: 30% dos entrevistados desejam que a UPP saia da Rocinha, seguidos 27% que deseja, a permanência e 43% incertos.

Figura 6. Desejo que a UPP saia da favela



NOTA: EXCLUI AS RESPOSTAS "NÃO SEI."

4.1. CORRELAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICAS COM AS AVALIAÇÕES DA UPP

a) Índice de avaliações de residentes sobre a UPP

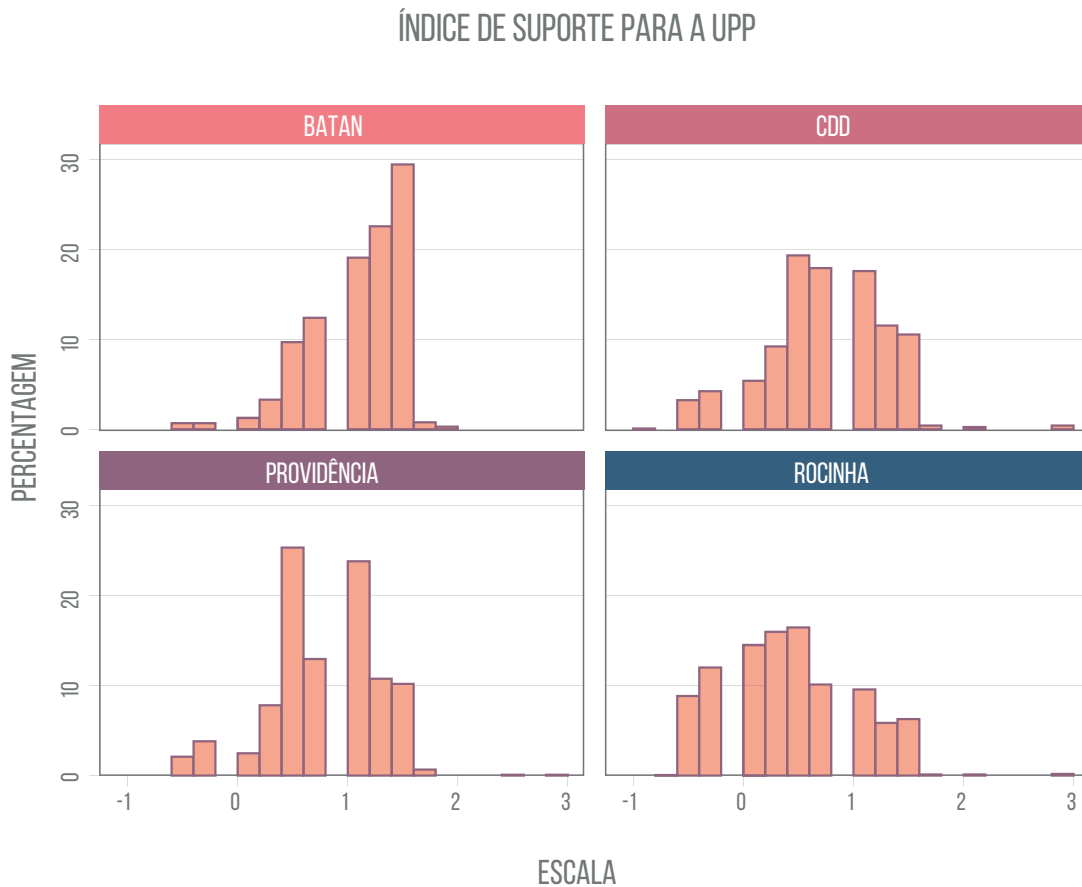
Esta seção explora como as avaliações dos residentes em áreas de "pacificação" estão correlacionadas com a idade, cor da pele, renda e níveis de educação. Para explorar essas correlações de forma mais sistemática, definimos uma análise estatística que permita medir a forma como diferentes variáveis se correlacionam com opiniões dos moradores sobre a UPP.

Para analisar as avaliações da UPP, construímos um índice de suporte para a "pacificação" usando as respostas às questões apresentadas na tabela 3. Utilizamos o "método de consistência interno" baseado no alfa de Cronbach para estimar a confiabilidade de todos os índices estimados para nossa análise. Este método avalia o grau em que o conjunto de itens usados para formar uma escala ou um índice possa medir a mesma dimensão teórica. O coeficiente alfa de Cronbach é uma medida da correlação dos itens que formam um índice ou escala.

Neste caso, as variáveis utilizadas para construir o índice de apoio à UPP alcançam um coeficiente alfa de 0,81. Por este valor estar acima de 0.70 (o mínimo aceitável), podemos concluir que a nossa medida tem consistência interna, portanto, é uma boa medida para avaliar como os residentes de favelas avaliam a UPP.

O histograma abaixo apresenta o índice de suporte à UPP que agrupa em uma única dimensão as questões apresentadas na tabela 3. O índice passa de -1 (opiniões menos favoráveis) para 3 (mais favorável). A pontuação média para a amostra total de residentes da favela é de 0,64 e seu desvio padrão é de .57. O índice médio no Batan é 1,07, Providência 0,76, CDD 0,72 e Rocinha 0,39. Os residentes de Batan são significativamente mais favoráveis à UPP, de acordo com esse índice. As opiniões entre os residentes da Providência e CDD estão agrupadas em torno da média, enquanto as opiniões na Rocinha são significativamente mais negativas.

Figura 7: Índice de suporte a UPP



Utilizamos o índice de suporte para explorar de forma sistemática como os residentes das favelas se dividem em termos de suas avaliações da UPP. Utilizamos uma simples regressão ordinária de mínimos quadrados (OLS) que permite estudar relações entre uma variável contínua - como o índice de suporte para a UPP - e uma série de variáveis explicativas. Nesse caso, incluímos uma série de variáveis sociodemográficas e um indicador de favela de residência.

Os resultados de regressão são exibidos na figura 8, que apresentam os valores previstos para as variáveis explicativas e seus intervalos de confiança. A figura desenha uma linha vermelha vertical no valor médio do índice de suporte (0,69). As linhas verdes que atravessam os pontos vermelhos são os intervalos de confiança. Para que duas variáveis sejam estatisticamente diferentes entre si, essas linhas verdes não precisam se sobrepor.

Resumimos os resultados dos fatores que se correlacionam com o suporte à "pacificação" da seguinte maneira:

- . As mulheres são significativamente mais propensas a aprovar a UPP do que os homens.
- . Casais casados (a categoria omitida) são os menos favoráveis a UPP em relação aos solteiros, viúvos e casais divorciados.
- . Aqueles que têm filhos são menos favoráveis à UPP em relação aqueles que não têm filhos.
- . A idade tem um impacto muito forte nas avaliações da UPP, com aquelas entre 14 a 25 e 26 a 35 anos, consistentemente, com as avaliações mais desfavoráveis da UPP.
- . Os pretos são significativamente menos favoráveis a UPP do que os brancos, embora o coeficiente mal atinja significância estatística.
- . Pardos também são menos propensos a apoiar à UPP em relação aos brancos, embora o coeficiente não atinja significância estatística.
- . Evangélicos e católicos têm as avaliações mais positivas da UPP comparado com as pessoas sem religião.
- . Os que pertencem à Umbanda ou ao Candomblé têm avaliações mais negativas sobre a UPP em relação àqueles com outras ou nenhuma religião.
- . A escolaridade não atinge significância estatística.
- . A renda tem um efeito positivo e estatisticamente significativo no apoio à UPP: aqueles que ganham menos de um salário mínimo estão menos a favor da UPP do que aqueles que ganham mais.
- . Aqueles que têm um amigo ou parente que é policial são mais favoráveis à UPP mais do que aqueles que não o têm.
- . Os residentes do Batan têm as opiniões mais favoráveis sobre a UPP. As avaliações mais negativas da UPP estão entre os residentes da Rocinha. As opiniões em CDD e Providência não podem ser distinguidas umas das outras, mas são claramente mais negativas do que no Batan e mais positivas do que na Rocinha.

Figura 8. Resultados da OLS: valores previstos no índice de suporte à UPP



b) A UPP deveria deixar a sua comunidade?

A análise acima revela como as opiniões sobre a UPP diferem entre residentes nas favelas. Neste estudo, identificamos que os residentes têm avaliações mistas sobre a UPP, mas que um grande número não deseja que a UPP deixe sua favela, provavelmente porque eles sabem que, sem a presença policial permanente, a situação de segurança pode se deteriorar.

Para entender como as opiniões dos residentes de favelas diferem referente à permanência ou não da UPP, realizamos um modelo estatístico usando a pergunta "O seu desejo é que a UPP saia da favela"? As respostas de modelagem a esta questão têm alguns desafios por causa do grande número de respostas "não sei" (38%).

Uma possibilidade é considerar que essas respostas podem ser ordenadas entre as respostas sim e não. Se essa suposição for válida, podemos realizar um probit ordenado; um modelo estatístico apropriado para variáveis categóricas que podem ser ordenadas. No apêndice, apresentamos os resultados deste modelo.

Uma das dificuldades deste tipo de modelo estatístico é a extrema complexidade para apresentar os resultados de forma sucinta e simples de entender. Para poder interpretar melhor os resultados, realizamos um modelo logit com uma medida dicotômica de nossa variável dependente. Reconhecemos as respostas da seguinte forma: aqueles que responderam "não" são codificados como 1 e "sim" e "não sabem" como 0. O modelo logit procura explicar o quanto os residentes querem que a UPP permaneça em relação à vontade de sair ou não ter uma opinião. Como variáveis explicativas, incluímos categorias sociodemográficas e variáveis numéricas para as favelas.

Apresentamos na figura 9 probabilidades previstas de desejo para que a UPP permaneça na favela para cada grupo sociodemográfico. A probabilidade média prevista de querer manter a UPP é de 0,49. Esses resultados permitem concluir que o fator mais forte que prevê o desejo de um residente para que a UPP permaneça ou deixe a comunidade e a sua favela de residência. Os residentes da Rocinha prevêem uma chance de 0,27 de desejo para que UPP permaneça, em relação ao Batan com 0,74, CDD com 0,55 e Providência com 0,38.

O segundo fator mais relevante que explica se um residente deseja ou não a permanência da UPP é a religião. Aqueles sem religião e que fazem parte do Candomblé ou Umbanda têm uma probabilidade prevista de querer que a UPP fique de 0,27. A probabilidade prevista correspondente para católicos é (0,47) e para Evangélicos é significativamente maior, 0,55. Portanto, os evangélicos e católicos apoiam significativamente mais a permanência das UPPs em seus territórios comparados com praticantes de Candomblé ou Umbanda, ou pessoas sem religião.

O terceiro fator mais relevante que prevê o desejo de um residente para a UPP permaneça é a escolaridade, com aqueles sem educação formal com uma probabilidade prevista muito menor de querer que a UPP permaneça (0,39) em relação àqueles com Ensino Médio (0,49) ou Superior (0,55).

Figura 9. Modelo Logit: previsão de probabilidades de que a UPP deve permanecer na favela



NOTA: ESSAS PROBABILIDADES PREVISTAS SÃO DERIVADAS DE UM MODELO DE LOGIT ONDE AQUELES QUE QUEREM QUE A UPP SAIA DA FAVELA FORAM CODIFICADOS COMO 1 E AQUELES QUE NÃO QUEREM QUE A UPP SAIA OU NÃO TEM UMA OPINIÃO COMO 0.

7. CONTROLE TERRITORIAL DAS FAVELAS

A UPP deveria enfraquecer o controle territorial dos grupos criminosos armados e seu domínio das favelas. Um dos principais objetivos do projeto de pacificação era recuperar esses territórios de grupos criminosos, fornecendo uma presença policial permanente que monopolizaria o uso da violência nas favelas, e poderia trazer segurança aos seus moradores.

Por outro lado, muitos residentes das favelas estavam otimistas quanto à possibilidade da "pacificação" aumentar o investimento econômico e os projetos de desenvolvimento social. Teoricamente, ao mudar o controle territorial dos grupos criminosos para o estado e garantir segurança, os investimentos e o desenvolvimento das favelas aumentaria. No início, a UPP foi acompanhada por alguns projetos de desenvolvimento dentro do programa denominado "UPP social" que englobou uma série de projetos destinados à melhoria do desenvolvimento urbano. No entanto, esse programa foi extinto poucos meses após sua criação no governo do Estado, sendo assumido pelo governo municipal; todavia, ele nunca conseguiu ter autoridade e suporte político, além dos investimentos destinados à UPP. Com isso, não conseguiu cumprir de forma plena seus objetivos.

Além dos seus objetivos principais, as UPPs foram vistas por muitos, tanto dentro como fora da polícia, como uma chance de mudar a relação entre a Polícia Militar e os moradores das favelas. A UPP deveria mudar a estratégia de policiamento, de uma abordagem extremamente militarista baseada em "incursões" militares periódicas nas favelas para uma forma de polícia orientada para a comunidade.

A pesquisa trazia várias perguntas que permitissem avaliar como a UPP desempenhou algumas dessas dimensões críticas. As perguntas e respostas são apresentadas na tabela 4. As respostas evidenciaram que os residentes têm avaliações variadas sobre o desempenho da UPP nessas dimensões. Apenas 14% responderam que a UPP conseguiu recuperar o controle territorial de grupos criminosos em relação à 37% que responderam que a UPP falhou neste item. 20% relataram que a UPP encerrou o uso ostensivo de armas e a mesma porcentagem nos disse que a UPP não teve impacto. 30% responderam que a UPP não acabou com os confrontos armados entre grupos criminosos e a polícia, enquanto 23% responderam que isso ocorreu.

Assim, quanto à capacidade da UPP de recuperar o controle territorial e acabar com os confrontos armados, as avaliações negativas são significativamente mais numerosas do que as avaliações positivas. A realidade é que a maioria das favelas "pacificadas" permanece como áreas com um complexo controle territorial, onde grupos criminosos armados continuam presentes e engajados em intensos tiroteios com a polícia, colocando em risco cotidiano a vida de todos os que vivem no território.

Tabela 4. Avaliação de desempenho da UPP

VOCÊ ACREDITA QUE A INSTALAÇÃO DA UPP	SIM	EM PARTE	NÃO
ACABOU COM O CONTROLE DOS CRIMINOSOS	14	37	37
ACABOU USO DE ARMAS DE FORMA OSTENSIVA	20	35	32
DIMINUIU OS CONFLITOS ARMADOS ENTRE A POLICIA E OS GRUPOS CRIMINOSOS	23	35	30
VOCÊ ACREDITA QUE A INSTALAÇÃO DA UPP	DIMINUIU	COMO ANTES	AUMENTOU
CRIMES COMO FURTO E ASSALTO	32	49	19
CORRUPÇÃO DOS POLICIAIS	22	56	21
PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES DE SEGURANÇA	14	67	18
O ESTIGMA	33	57	10
AUMENTO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO LOCAL	10	41	48

Referente à criminalidade, apenas 32% acreditavam que a UPP diminuiu o crime, 49% responderam que a situação permaneceu a mesma, e 19% que o crime aumentou. Este é um resultado preocupante. O estado do Rio de Janeiro investiu uma quantidade massiva de recursos na estratégia, enviando mais de 9 mil policiais para mais de 100 favelas, atendendo cerca de 1 milhão pessoas (Magaloni et al, 2017). O fato de que uma presença policial tão ostensiva tenha um efeito tão limitado no controle do crime comum e que, em algumas favelas, crimes como roubo, estupro e assalto tenham aumentado, refletem uma séria limitação da iniciativa.

Em algumas favelas, os grupos criminosos são mais eficazes do que a polícia para controlar crimes como o roubo, o assalto e o estupro. O paradoxo é que alguns residentes se sentiam relativamente "mais seguros" dentro das favelas, mesmo quando o Estado não proporcionava segurança nessas áreas. Em algumas favelas, os grupos criminosos forneceram uma forma de "segurança" aos moradores, punindo ladrões, estupradores e outros criminosos, muitas vezes utilizando punições severas como até mesmo a morte (Sousa e Silva, 2012;2017).

Em termos de corrupção policial, os moradores estão igualmente divididos entre aqueles que dizem que com a UPP ela aumentou (21%) e que diminuiu (22%). Chama atenção o percentual da Rocinha, com um número considerável de entrevistados (35%) relatando um aumento na corrupção policial.

O tipo de corrupção policial que os moradores experimentam é variado. Em geral, policiais pedem aos residentes que paguem subornos em ocasiões diversas, incluindo autorização para realizar festas, "regularizar" moto-táxis ou para não prender um membro da família. Em algumas áreas, a UPP se mostrou como a milícia, cobrando recursos de acesso à serviços como TV a cabo, eletricidade e gás. Outra forma de corrupção policial diz respeito a acordos entre a polícia e os traficantes, onde os policiais recebem dinheiro para que as drogas fluam livremente.

É importante ressaltar que um número considerável de residentes (48%) respondeu que a UPP aumentou o desenvolvimento econômico local e 33% relataram que a UPP diminuiu a discriminação à favela.

A Tabela 5 abaixo apresenta respostas a essas questões por favela. Em termos de controle territorial, os residentes do Batan oferecem avaliações notavelmente melhores; 34% relataram que a UPP terminou com o controle territorial dos grupos criminosos. Em contrapartida, apenas 4% dos residentes da Cidade de Deus relataram que a UPP terminou o controle territorial dos grupos criminosos. Os números correspondentes para a Providência e a Rocinha são 13% e 9%, respectivamente. Portanto, na questão crítica sobre a retomada do controle desses territórios dominados por grupos armados pelo estado, a UPP aparece muito mal em todas as favelas pesquisadas, com exceção do Batan.

Referente à confrontos armados entre grupos criminosos e a polícia, os moradores de Cidade de Deus demonstraram as preocupações mais graves, com cerca de 50% relatando que os confrontos armados não diminuíram com a UPP. Os números correspondentes são 16% para a Providência, 42% para a Rocinha e 3% para o Batan, que responderam que os enfrentamentos armados entre a polícia e os grupos criminosos não diminuíram com a UPP.

Claramente, a UPP do Batan foi bem sucedida, recuperando o controle territorial de grupos criminosos e reduzindo os confrontos armados entre os criminosos e a polícia. Esses fatores explicam porque os moradores do Batan possuem avaliações positivas da UPP. Contrariamente, as outras favelas, e particularmente na Cidade de Deus e Rocinha, o controle territorial continua a ser extremamente contestado entre a polícia e os grupos criminosos fortemente armados.

Em termos de crimes como assalto, roubo, estupro e violência doméstica, a maioria dos residentes concorda que a UPP não fez diferença. Apenas no Batan, 56% relatam que esses crimes diminuíram drasticamente. É preocupante que em algumas favelas e, em particular, na Rocinha, um número considerável (35%) informa que os crimes aumentaram com a chegada da UPP, enquanto 48% relatam que a UPP não fez diferença.

As respostas às últimas questões sobre as mudanças no estigma e o aumento no desenvolvimento socioeconômico também são mais positivas entre os moradores do Batan, que relatam um aumento significativo nos projetos de desenvolvimento socioeconômico e uma redução da discriminação à residentes da favela como resultado da UPP.

No geral, com essas respostas, podemos entender o motivo pelo qual os residentes de Batan têm opiniões significativamente mais favoráveis sobre a UPP. No Batan, de acordo com os nossos entrevistados, a UPP conseguiu recuperar o controle territorial, diminuir os confrontos armados entre a polícia e os grupos criminosos e acabar com o uso ostensivo das armas. Os moradores do Batan também relatam que a UPP conseguiu reduzir a criminalidade e a corrupção policial. Além disso, com a chegada da UPP, o Batan experimentou um aumento nos investimentos econômicos e projetos de desenvolvimento socioeconômico e uma redução da discriminação, de acordo com os entrevistados.

O pior desempenho nessas dimensões é observado na Rocinha, seguido por Cidade de Deus. Nessas favelas, a UPP não acabou com o controle territorial dos grupos criminosos, o uso ostensivo de armas, e confrontações armadas entre traficantes e a polícia.

Tabela 5.1.: Avaliação de desempenho da UPP por favela

PERGUNTA	RESPOSTAS	RESPOSTA DOS ENTREVISTADOS POR FAVELA (%)			
		BATAN	CDD	PROVIDÊNCIA	ROCINHA
VOCÊ ACREDITA QUE A INSTALAÇÃO DA UPP (NA FAVELA) ACABOU COM O CONTROLE SOBRE O TERRITÓRIO DOS GRUPOS CRIMINOSOS LOCAIS?	NÃO SEI	11%	6%	25%	25%
	EM PARTE	45%	33%	40%	40%
	NÃO	11%	56%	22%	22%
	SIM	34%	4%	13%	13%
VOCÊ ACREDITA QUE A INSTALAÇÃO DA UPP (NA FAVELA) ACABOU COM O USO DE ARMAS DE FORMA OSTENSIVA PELOS GRUPOS CRIMINAIS?	NÃO SEI	10%	6%	26%	11%
	EM PARTE	29%	37%	41%	34%
	NÃO	5%	50%	20%	43%
	SIM	56%	7%	14%	12%
A INSTALAÇÃO DA UPP (NA FAVELA) DIMINUIU OS CONFLITOS ARMADOS EXISTENTES ENTRE OS POLICIAIS E OS GRUPOS DE TRAFICANTES DE DROGAS?	NÃO SEI	9%	6%	25%	10%
	EM PARTE	31%	34%	43%	34%
	NÃO	3%	49%	16%	42%
	SIM	57%	11%	16%	13%

Tabela 5.2.: Avaliação de desempenho da UPP por favela

VOCÊ ACREDITA QUE COM A INSTALAÇÃO DA UPP NA FAVELA...	RESPOSTAS	RESPOSTA DOS ENTREVISTADOS POR FAVELA (%)			
		BATAN	CDD	PROVIDÊNCIA	ROCINHA
O NÚMERO DE CRIMES COMO FURTO, ASSALTO, ROUBO DE CASAS, ESTUPROS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	DIMINUIU	56%	32%	32%	16%
	AUMENTOU	17%	10%	5%	36%
	A MESMA COISA	27%	58%	63%	48%
A CORRUPÇÃO DOS POLICIAIS QUE ATUAM NA FAVELA	DIMINUIU	6%	18%	17%	36%
	AUMENTOU	54%	15%	19%	9%
	A MESMA COISA	39%	67%	64%	54%
A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NAS DECISÕES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA	DIMINUIU	12%	16%	11%	17%
	AUMENTOU	29%	10%	18%	18%
	A MESMA COISA	59%	74%	71%	65%
O PRECONCEITO E O ESTIGMA DA CIDADE A RESPEITO DA FAVELA	DIMINUIU	59%	27%	19%	29%
	AUMENTOU	6%	10%	11%	12%
	A MESMA COISA	35%	63%	70%	59%
O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO LOCAL	DIMINUIU	5%	9%	16%	12%
	AUMENTOU	66%	45%	42%	43%
	A MESMA COISA	30%	47%	41%	45%

a) Efeitos do controle territorial no suporte à UPP

Para compreendermos melhor como o controle territorial e os confrontos armados dão forma às avaliações dos residentes da UPP, realizamos uma regressão OLS usando o índice de suporte para a UPP como variável dependente e as respostas a essas questões como variáveis explicativas. A regressão controla por características sociodemográficas e favelas de residência (coeficientes não apresentados). Os resultados são apresentados na figura 10 abaixo.

Figura 10: Regressão OLS: Efeitos do controle territorial no suporte à UPP



NOTA: ESTES SÃO VALORES PREVISTOS NO ÍNDICE DE SUPORTE À UPP DERIVADO DE UMA REGRESSÃO OLS. OS REGRESSÕES SÃO CONTROLADAS POR FAVELA DE RESIDÊNCIA E VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS (VALORES PREDITOS NÃO MOSTRADOS).

Os resultados da análise revelam que o fator mais impactante nas avaliações sobre a UPP é se o projeto conseguiu recuperar o controle territorial ou não, seguido da corrupção policial. Aqueles que responderam que a UPP não acabou com o controle territorial têm avaliações significativamente piores da UPP do que aqueles que responderam que isso aconteceu. A magnitude do efeito é considerável, metade de um desvio padrão. Da mesma forma, a diferença entre aqueles que relataram que a UPP aumentou a corrupção policial tem avaliações equivalentes a quase metade de um desvio padrão menor do que aqueles que relataram que a UPP diminuiu a corrupção policial.

A capacidade da UPP para controlar ou não o crime comum também tem um efeito muito forte nessas avaliações. Os entrevistados que responderam que a UPP aumentou o crime comum têm avaliações significativamente piores da UPP do que aqueles que responderam que a UPP diminuiu o crime - a magnitude do efeito é equivalente a um terço de um desvio padrão.

Os efeitos das variáveis mencionadas acima são significativamente mais fortes do que os efeitos relacionados à desenvolvimento econômico, estigma e participação popular em decisões de segurança.

b) Efeitos do controle territorial da UPP: diferenças entre as favelas

Para descrever as diferenças entre as favelas referente à atuação da UPP na dimensão do controle territorial, realizamos três modelos diferentes de logit para as respostas às seguintes questões:

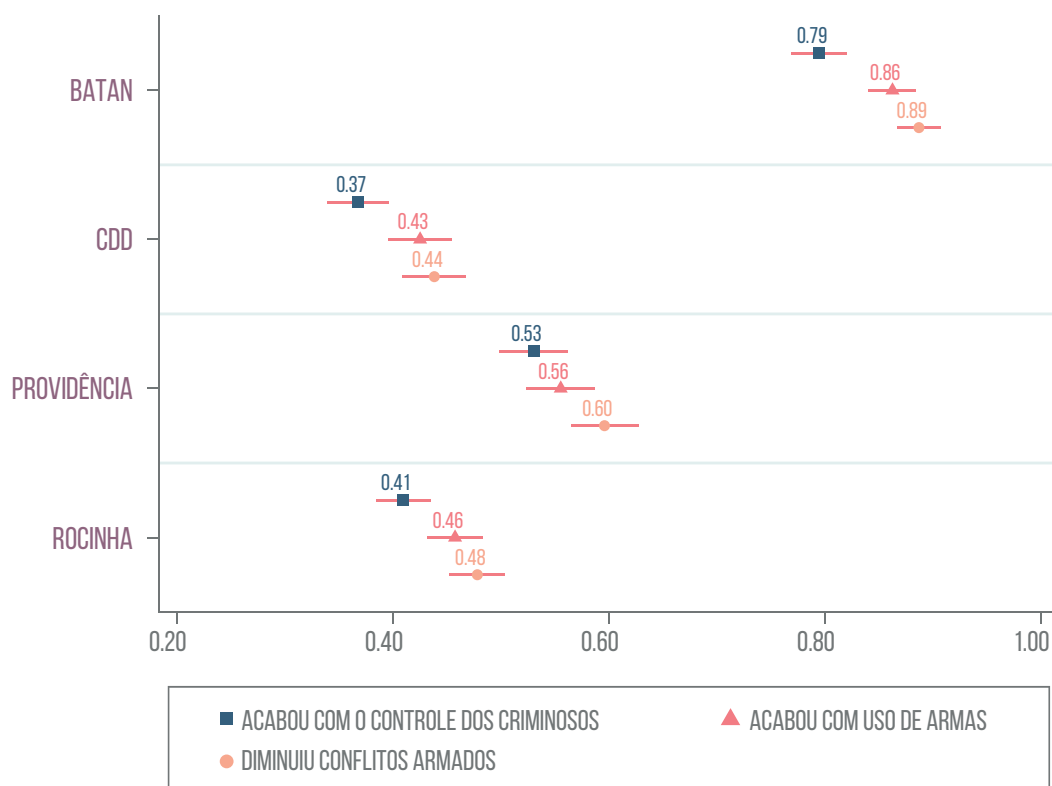
- 1) Se a UPP acabou com o controle territorial por grupos criminosos.
- 2) Se acabou com o uso ostensivo de armas.
- 3) Se o desenvolvimento econômico aumentou com a chegada da UPP.

Os modelos logit usam uma especificação dicotômica das respostas, onde aqueles que responderam "sim" são codificados como 1 e "não" ou "em parte" como 0. A Figura 11 apresenta as probabilidades previstas para cada uma dessas favelas. Os modelos logit incluem características sociodemográficas, que são mantidas em seus valores médios para obter as previsões.

A figura revela diferenças importantes entre as favelas referente ao controle territorial. No Batan, as probabilidades previstas de que um residente responderá que a UPP terminou com controle territorial dos grupos criminosos, o uso ostensivo das armas e os confrontos armados reduzidos são de 0,79, 0,86, e 0,89, respectivamente. Estes são números muito elevados, refletindo um forte controle da UPP sob o território, de acordo com os residentes da favela.

Os números correspondentes para Rocinha são: 0,41, 0,46 e 0,48. Esses resultados refletem que, na Rocinha, o controle territorial é extremamente contestado, de acordo com os nossos entrevistados. Os moradores da Rocinha vivem uma situação em que os grupos criminosos armados continuam a ter um forte controle do território, constantemente contestado pela polícia através de confrontos armados regulares. Esses fatores explicam por que os residentes da Rocinha têm o maior desejo de a UPP deixe a sua favela.

Figura 11. Predição de probabilidades por favela



NOTA: ESTAS SÃO PREVISÕES DE PROBABILIDADES DERIVADAS DE TRÊS MODELOS LOGIT. NO PRIMEIRO, AQUELES QUE RESPONDERAM QUE A UPP TERMINOU O CONTROLE TERRITORIAL DE GRUPOS CRIMINOSOS SÃO CODIFICADOS COMO 1 E O RESTO COMO 0. UM SEGUNDO MODELO CODIFICA COMO 1 AQUELES QUE RESPONDERAM QUE A UPP TERMINOU COM O USO OSTENSIVO DE ARMAS E O RESTANTE COMO 0. O TERCEIRO MODELO CODIFICA COMO 1 AQUELES QUE RESPONDERAM QUE A UPP DIMINUIU OS CONFLITOS ARMADOS E O RESTO É CODIFICADO COMO 0. TODOS OS MODELOS INCLUEM VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS (NÃO MOSTRADAS), QUE SÃO MANTIDAS EM SEUS VALORES MÉDIOS PARA GERAR ESTES PREVISÃO DE PROBABILIDADES PARA CADA UMA DAS FAVELAS.

Na Cidade de Deus, encontramos resultados muito semelhantes à Rocinha: uma alta incidência de confrontos armados e uso ostensivo de armas, e um controle territorial limitado da UPP. Em ambas as favelas, os moradores estão freqüentemente no fogo cruzado entre grupos criminosos armados e a polícia.

Providência se difere de ambos os casos citados acima. De acordo com os moradores, a polícia possui o controle territorial e há menos confrontos armados do que na Rocinha e na Cidade de Deus, embora a Providência ainda seja significativamente menos positiva do que o Batan em cada uma dessas dimensões.

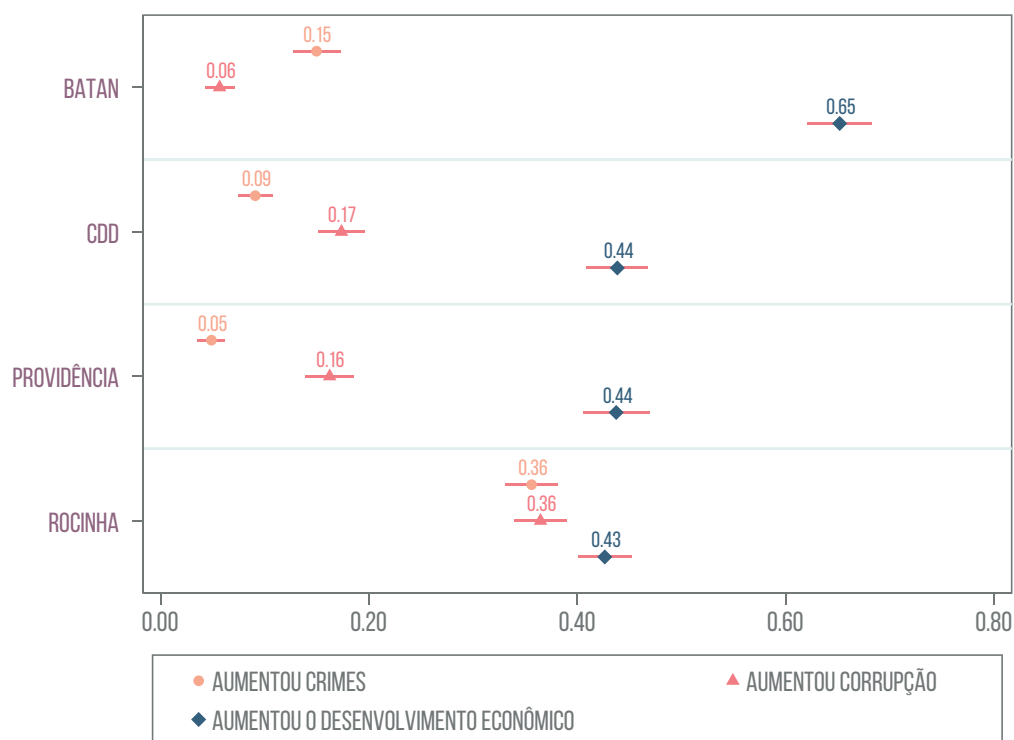
c) Os efeitos da UPP referente ao crime, à economia e à corrupção policial

Agora nos concentramos em outras três dimensões importantes relacionadas à pacificação:

- 1) Se a UPP diminuiu ou aumentou os crimes comuns.
- 2) Se a corrupção da polícia piorou ou melhorou.
- 3) O impacto da UPP em projetos de desenvolvimento econômico.

Novamente, realizamos três modelos de logit para cada uma dessas questões. Cada um dos modelos usa uma resposta "1,0" dicotômica onde codificamos como 1 "sim" e 0 como "não" e "como antes". Os modelos são controlados por características sociodemográficas. A Figura 12 apresenta as probabilidades previstas para cada uma das favelas que possuem características sociodemográficas em seus valores médios.

Figura 12. Predição de probabilidades por favela



NOTA: ESTAS SÃO PREVISÕES DE PROBABILIDADES DERIVADAS DE TRÊS MODELOS LOGIT. NO PRIMEIRO, AQUELES QUE RESPONDERAM QUE A UPP AUMENTOU CRIMES COMO ROUBO OU ASSALTO FORAM CODIFICADOS COMO 1 E O RESTANTE COMO 0. UM SEGUNDO MODELO CODIFICA COMO 1 AQUELES QUE RESPONDERAM QUE A UPP AUMENTOU A CORRUPÇÃO POLICIAL E O RESTANTE COMO 0. O TERCEIRO MODELO CODIFICA COMO 1 AQUELES QUE RESPONDERAM QUE O UPP AUMENTOU OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O RESTANTE É CODIFICADO COMO 0. TODOS OS MODELOS INCLUEM VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS (NÃO MOSTRADAS), QUE SÃO MANTIDAS EM SEUS VALORES MÉDIOS PARA GERAR ESSAS PROBABILIDADES PREVISTAS PARA CADA UMA DAS FAVELAS.

Podemos observar que os moradores do Batan possuem as avaliações mais positivas sobre o impacto da UPP no desenvolvimento econômico da favela. O modelo produz uma probabilidade prevista de 0,65, indicando que uma média de residentes no Batan considera que a UPP melhorou a economia local, e trouxe mais projetos de desenvolvimento social. Os números correspondentes para CDD, Providência e Rocinha são 0,44, 0,44 e 0,43, respectivamente. Por isso, na dimensão econômica, os números de CDD, Providência e Rocinha são quase idênticos e significativamente piores do que o Batan.

Referente à corrupção policial e crime comum, encontramos que, em média, o residente da Rocinha é significativamente mais propenso a responder que a UPP aumentou o crime comum e a corrupção policial do que a média dos residentes em outras favelas. De acordo com esses resultados, a corrupção policial é maior na CDD e na Providência do que no Batan; entretanto, o crime é maior no Batan em relação outras favelas.

8. VITIMIZAÇÃO

A pesquisa fez uma série de perguntas sobre vitimização dos residentes causada pela polícia e por grupos criminosos. No geral, 16% dos residentes entrevistados relataram que um amigo, alguém que conheciam ou um membro da família já havia sido assassinado por um policial; 20% dos residentes tiveram as suas casas invadidas por um policial ou sofreram agressão policial, pessoalmente ou algum membro da família.

Em termos de vitimização por criminosos, 15% relataram ter sofrido um assalto a mão armada, viram alguém assassinado por um criminoso ou tiveram suas casas invadidas por um criminoso.

A pesquisa revelou que os residentes das favelas estão expostos a altos níveis de vitimização, mas que muitas vezes a polícia está mais propensa a abusar dos direitos dos cidadãos do que os criminosos. A Tabela 6 abaixo apresenta respostas a uma série de questões de vitimização. A questão específica era se nos últimos seis meses o entrevistado tinha experimentado uma das situações expostas.

Tabela 6. Vitimização nos últimos 6 meses

	% SIM	NÚMERO
TEVE A CASA INVADIDA POR POLICIAIS	13	811
TEVE A CASA INVADIDA POR CRIMINOSOS	3	208
ESTEVE EM MEIO A UM INTENSO TIROTEIO	20	1225
SOFREU UM ASSALTO ARMADO	10	590
TEVE UMA ARMA APONTADA EM SUA DIREÇÃO	7	445
VIU DE PERTO UM CORPO DE ALGUÉM ASSASSINADO	10	596
FOI AGREDIDO POR UM POLICIAL	3	190
MEMBRO DA FAMÍLIA ASSASSINADO POR UM POLICIAL	1	76
MEMBRO DA SUA CASA AGREDIDO POR UM POLICIAL	4	264
UM MEMBRO DA FAMÍLIA ASSASSINADO POR CRIMINOSOS	2	102
AMIGO ASSASSINADO POR POLICIAL	15	931

É útil analisar a taxa de vitimização de cada favela por parte da polícia e criminosos. Na Tabela 7, verificamos que mais do dobro da população na Maré (16%) e na Rocinha (12%) relataram que suas casas foram invadidas por policiais, comparados com os residentes do Batan (5%) e Cidade de Deus (6%). A Providência tem a maior taxa de invasão domiciliar por parte da polícia, 26%.

Se o abuso policial é maior na Maré, Providência e Rocinha, a vitimização por criminosos é maior no Batan e, em menor proporção, na Providência. 12% da população no Batan relata ter sido assaltada por um criminoso, e 18% afirmam o mesmo na Providência. Isso se compara a 8% das pessoas na Maré, 3% na Cidade de Deus e 9% na Rocinha (assaltadas na rua).

Outros resultados da Tabela 7 merecem destaque. Por exemplo, o Batan parece ter sofrido muito menos tiroteios do que as outras favelas, com apenas 5% da população relatando essa experiência. Maré e Cidade de Deus relatam uma alta incidência de tiroteios (26% e 25%, respectivamente). O número correspondente para Rocinha é de 21% e para a Providência de 19%.

As favelas do Batan e Rocinha relataram ver muito mais cadáveres do que as outras favelas - 14% e 13%, respectivamente, comparados com 3% na Providência, 8% na Cidade de Deus, e 8% na Maré.

A última linha da tabela mostra o número de entrevistados que denunciaram assassinatos de um amigo ou alguém que conhecem praticado pela polícia. Batan tem o maior número, 26%. O número correspondente para Cidade de Deus é de 18%, Rocinha 15%, Maré 11% e Providência 6%.

Em geral, em termos de vitimização, os residentes do Batan estão, significativamente, menos expostos a tiroteios do que outras favelas, entretanto, são expostos a um maior número de assassinatos pela polícia. A Cidade de Deus também tem uma incidência relativamente alta de assassinatos pela polícia e, juntamente com a Maré, relatam a maior incidência de tiroteios. Na Providência observamos a maior incidência de assalto à mão armada, seguido do Batan.

Rocinha tem o maior número de incidentes de armas apontadas na direção de moradores, como também, um número relativamente alto de relatos referente à exposição a tiroteios e cadáveres na rua.

Tabela 7: Vitimização reportada nos últimos 6 MESES

		BATAN	CDD	MARÉ	PROVIDÊNCIA	ROCINHA
TEVE A CASA INVADIDA POR POLICIAIS	NÃO	95%	94%	84%	74%	88%
	SIM	5%	6%	16%	26%	12%
FOI AGREDIDO POR UM POLICIAL	NÃO	98%	97%	96%	98%	96%
	SIM	2%	3%	4%	2%	4%
TEVE UM MEMBRO DA SUA CASA AGREDIDO POR UM POLICIAL	NÃO	97%	95%	96%	97%	95%
	SIM	3%	5%	4%	3%	5%
UM MEMBRO DA FAMÍLIA ASSASSINADO POR UM POLICIAL	NÃO	99%	99%	97%	99%	99%
	SIM	1%	1%	3%	1%	1%
TEVE A CASA INVADIDA POR CRIMINOSOS	NÃO	98%	97%	94%	94%	99%
	SIM	2%	3%	6%	6%	1%
SOFREU UM ASSALTO ARMADO	NÃO	88%	97%	92%	82%	91%
	SIM	12%	3%	8%	18%	9%
TEVE UM MEMBRO DA FAMÍLIA ASSASSINADO POR CRIMINOSOS	NÃO	98%	99%	97%	100%	98%
	SIM	2%	1%	3%	0%	2%
ESTEVE EM MEIO A UM INTENSO TIROTEIO	NÃO	95%	75%	74%	81%	79%
	SIM	5%	25%	26%	19%	21%
TEVE UMA ARMA APONTADA EM SUA DIREÇÃO	NÃO	17%	19%	20%	18%	26%
	SIM	14%	27%	16%	7%	37%
VIU DE PERTO UM CORPO DE ALGUÉM ASSASSINADO	NÃO	86%	92%	92%	97%	87%
	SIM	14%	8%	8%	3%	13%
TEVE UM AMIGO OU UM CONHECIDO ASSASSINADO	NÃO	74%	82%	89%	94%	85%
	SIM	26%	18%	11%	6%	15%

a) Modelando vitimização policial

Nesta seção, realizamos um modelo estatístico para entender quem possui o maior risco de ser vítima da polícia. É importante ressaltar que não temos informações sobre a natureza precisa da interação entre os moradores e a polícia - incluindo se um determinado comportamento policial pode ter sido legal ou legítimo. Por exemplo, quando um residente informa que a polícia matou alguém da sua família ou um amigo, não é possível conhecer o contexto desse assassinato e se a polícia atuou fora da lei, excedendo os princípios e restrições legais para o uso de força letal.

Entretanto, é importante ressaltar que muitas dessas questões são explicitamente relatadas com palavras como "invasão domiciliar" ou "assalto" que sugerem que, ao menos na perspectiva dos moradores, a polícia estava excedendo sua autoridade.

No geral, 22% dos respondentes relataram uma das seguintes situações com a polícia: ter suas "casas invadidas"; ser assaltado por um policial; ter um membro da família "assaltado" pela polícia; ou ter um membro da família ou amigo morto pela polícia.

Para modelar o risco de ser vítima da polícia, utilizamos um modelo logit onde codificamos as respostas da seguinte forma: os entrevistados que relataram serem vítimas de pelo menos um dos comportamentos policiais mencionados acima são codificados como 1, e aqueles que nunca foram vítimas como 0.

No geral, os efeitos mais fortes são dados pela favela de residência. A Providência emerge como a favela com a maior incidência de vitimização policial de 0,27, seguida por Maré (0,18) e Rocinha (0,18), que não podem ser diferenciados um do outro. No Batan é onde observamos o menor risco de vitimização policial (0,09), seguido de CDD, onde encontramos uma probabilidade de 0,12 de que residentes sofram ao menos uma das formas de agressão policial.

Em termos de efeitos sócio-demográficos, os resultados revelam que os homens, com menos de 35 anos de idade, sem escolaridade formal, que ganham menos de um salário mínimo, que são pretos ou pardos, e que não possuem afiliação religiosa têm, significativamente, maiores riscos de serem vítima da polícia.

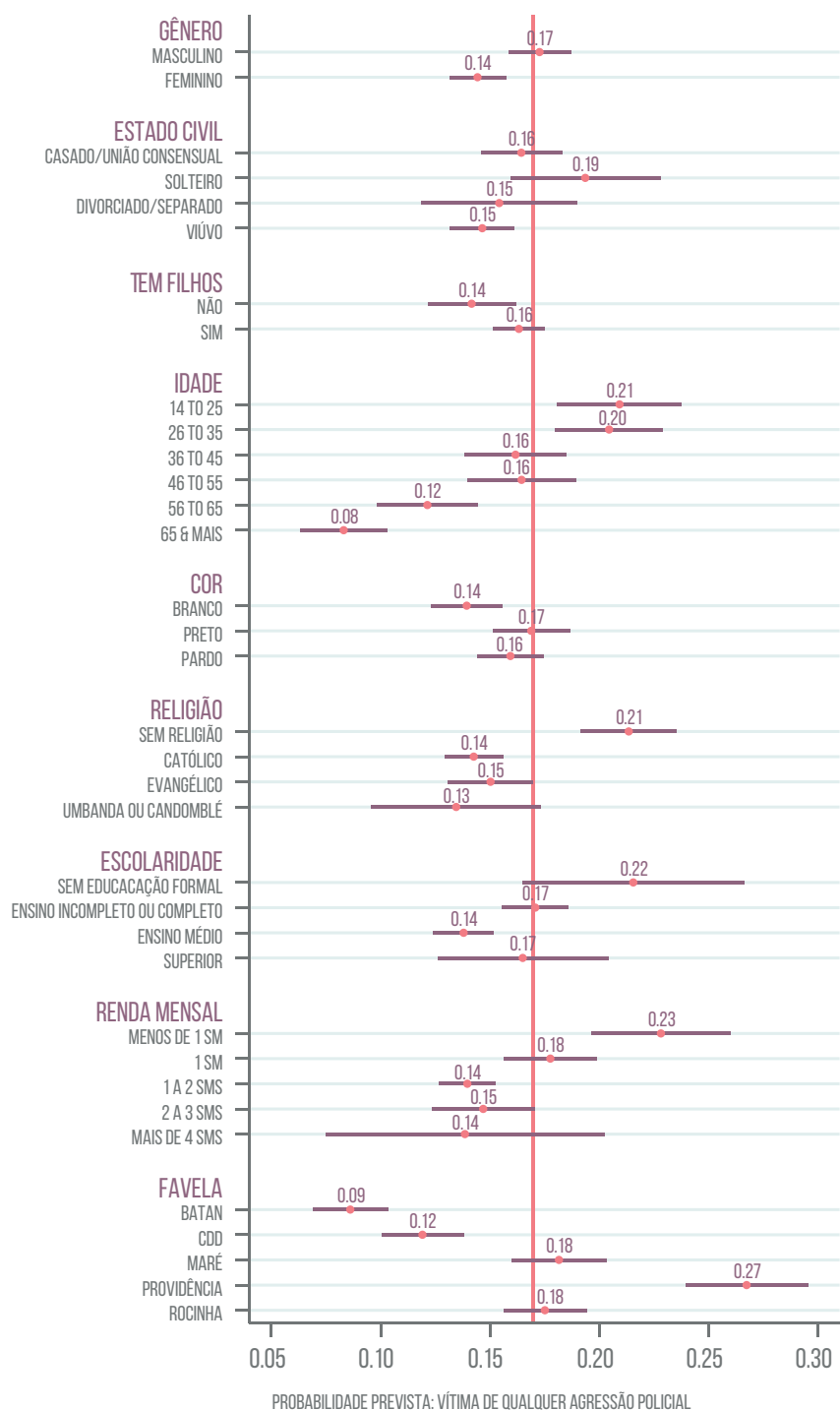
Comparando as variáveis de cor da pele, idade, escolaridade e renda, a falta de escolaridade formal, idade e renda desempenham papéis muito mais fortes sobre o risco de serem vítimas da polícia do que a cor da pele. Alguém sem escolaridade formal tem um risco 0,22 de ser vítima da polícia em relação a -14 para uma pessoa com ensino médio. Ganhar menos de um salário mínimo prevê um risco 0,23 de ser vítima da polícia, comparado a 0,14 para alguém que ganha mais de 1 salário mínimo. Estes são efeitos significativamente mais fortes do que a cor da pele. De acordo com o modelo, os pretos têm uma probabilidade de 0,17 de serem vítimas da polícia, pardos uma chance de 0,16 e brancos com o menor risco de 0,14.

A idade é um dos maiores preditores de risco da violência policial. Pessoas de 56 a 65, e 65 ou mais têm as probabilidades mais baixas de serem vítimas de qualquer uma dessas agressões policiais (0,12 e 0,08, respectivamente). Os números correspondentes para pessoas entre 25 e 36 e 14 e 25 são 0,20 e 0,21, respectivamente.

A religião também desempenha um fator muito significativo, com aqueles que não são religiosos com uma probabilidade prevista de 0,21 de serem vítimas da polícia, comparados a 0,14, 0,15 e 0,13 para católicos, evangélicos e Umbanda ou Candombé.

Para apresentar os resultados, transformamos os coeficientes em probabilidades previstas de serem vítimas da polícia, conforme mostrado na Figura 13. Os resultados geram uma imagem iluminadora sobre como é mais provável que os moradores sejam vítima da polícia.

Figura 13: Modelo Logit: probabilidade prevista de ser vítima de qualquer agressão policial



b) Vitimização pelos traficantes

Nesta seção, realizamos um modelo estatístico para entender quem tem o maior risco de ser vítima de criminosos. Utilizamos três perguntas para a modelagem: se um entrevistado informa que, nos últimos seis meses, sua casa foi invadida por criminosos; se ele sofreu um assalto armado; ou se ele teve um membro da família morto por um criminoso.

A variável dependente foi codificado como 1 para os entrevistados que responderam "sim" a qualquer uma dessas perguntas, e como 0 quando as respostas foram "não". O modelo estatístico que empregamos é um logit, apropriado para analisar variáveis dicotômicas ou variáveis 1,0. Como antes, transformamos os coeficientes em probabilidades previstas. Os resultados são relatados na figura 14.

Curiosamente, neste caso, a maioria das categorias sociodemográficas têm um impacto limitado sobre a probabilidade de serem vítimas de criminosos, com exceção da cor da pele, onde os pretos têm um risco muito maior do que os brancos e pardos. Supreendentemente, aqueles com educação de nível superior têm uma probabilidade significativamente maior de serem vítima de criminosos do que qualquer uma das categorias de menor escolaridade. Neste caso, a renda não é estatisticamente significativa.

Assim como na vitimização policial, o fator mais importante é a favela de residência. Providência, mais uma vez, surge como a favela com o maior risco de ser vítima de um crime (0,23), seguido por Batan (0,14), Maré (0,13) e Rocinha (0,11). Os residentes da CDD apresentam o menor risco de serem vítimas de um criminoso.

Figura 14: Modelo Logit: probabilidade de ser vítima de crimes



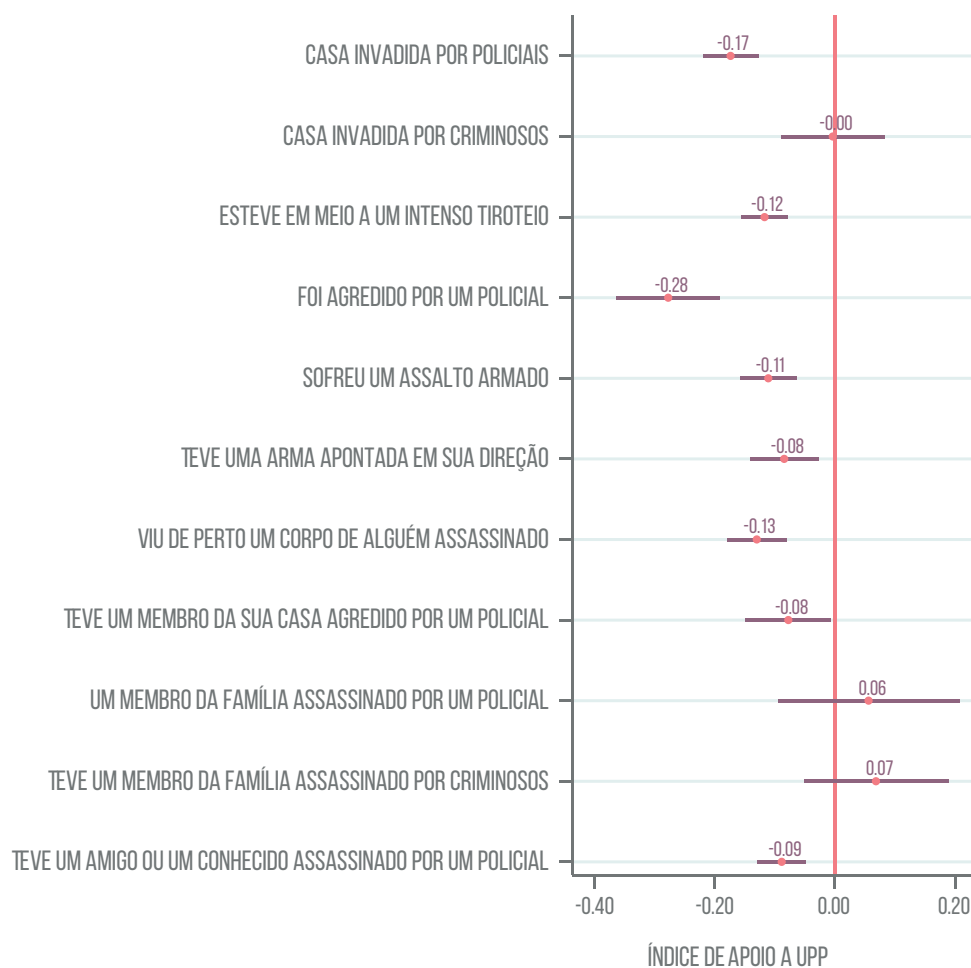
c) Efeitos da vitimização nas avaliações sobre a UPP

Em geral, esperamos que os residentes atribuam responsabilidade à UPP por essas experiências de vitimização, e que essas experiências sejam particularmente prejudiciais à UPP se envolvessem policiais que maltratassem residentes.

Para avaliar essas hipóteses, realizamos uma regressão OLS no índice de suporte para a UPP usando essas experiências de vitimização como variáveis explicativas, controlando por características sociodemográficas e favelas. Os resultados do modelo são apresentados na figura 15, onde apresentamos um índice de valores previstos de vitimização e seus intervalos de confiança.

Acima dos pontos vermelhos, podemos observar os valores previstos para cada uma das variáveis explicativas. As linhas verdes são os intervalos de confiança. Como antes, desenhamos uma linha vermelha vertical com o índice de índice médio de 0,69.

Figura 15: Regressão OLS: índice de apoio à UPP e vitimização



Os resultados confirmam que a vitimização é um fator importante que afeta as avaliações dos residentes sobre a UPP. É importante ressaltar que os efeitos negativos mais fortes estão relacionados à vitimização da polícia: ser agredido por um policial e ter a casa invadida pela polícia apresentam os maiores efeitos negativos.

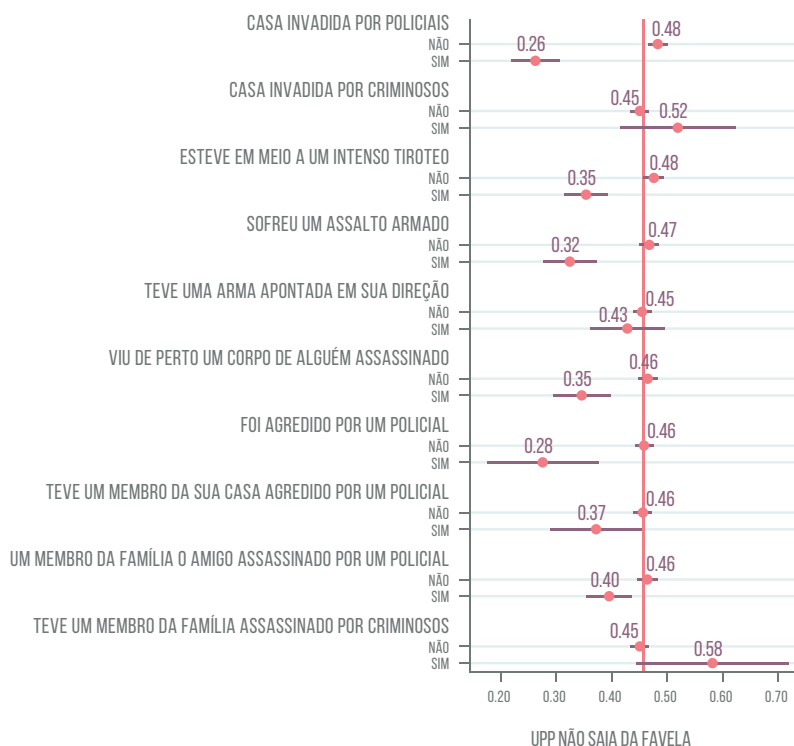
Além disso, os resultados mostram que sofrer qualquer forma de abuso por parte da polícia diminui o apoio à UPP, assim como estar no meio de um intenso tiroteio, ter uma arma apontada em sua direção, e ver um cadáver.

Adicionalmente, os resultados do modelo sugerem que sofrer um assalto armado por um criminoso também reduz o apoio à UPP. Contrariamente, ter um membro da família assassinado por um criminoso tem um efeito positivo no apoio à UPP, mas essa variável não atinge significância estatística.

d) Vitimização e desejo de permanência da UPP

Para alcançar uma interpretação mais clara da magnitude dos resultados, nesta seção, exploramos a relação entre vitimização e o desejo dos residentes para que a UPP permaneça na favela. Como antes, codificamos como 1 aqueles que querem que a UPP permaneça, e como 0 aqueles que responderam "não" ou "não sabem". A Figura 16 apresenta as probabilidades previstas de desejo para que a UPP se mantenha, derivada de um modelo logit. As variáveis sociodemográficas (não mostradas) são mantidas em seus valores médios.

Figura 16: Modelo Logit: Probabilidades previstas de desejo que a UPP permaneça na favela e vitimização



Os resultados evidenciam um forte impacto da vitimização policial no desejo do residente para que a UPP permaneça ou não na favela. Quando a polícia ataca um residente, o desejo de ter a presença da UPP vai de 0,46 a 0,28. Da mesma forma, ter a casa invadida pela polícia diminui o desejo do entrevistado de que a UPP fique de 0,48 a 0,26. Ter um membro da família agredido pela polícia diminui de 0,46 a 0,37, e se a polícia matou alguém que o entrevistado conhece esse valor diminui de 0,46 a 0,40.

Outras experiências de vitimização também têm fortes efeitos sobre o desejo dos residentes de que a UPP permaneça ou deixa sua favela. Estar no meio de um tiroteio intenso diminuiu os valores de 0,48 para 0,35. Se um residente vê o corpo de alguém que foi assassinado, seu desejo de que a UPP permaneça diminui de 0,46 para 0,35.

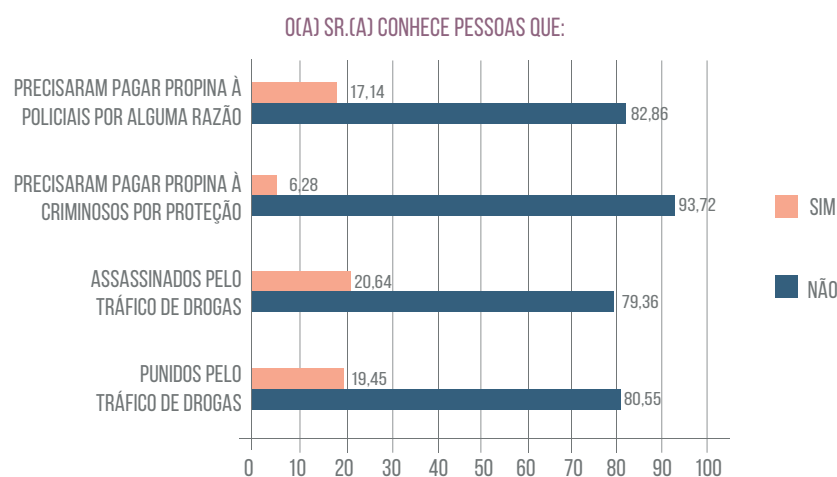
Em termos de vitimização por criminosos, ser violentamente assaltado na rua também aumenta o desejo de um residente de que a UPP saia de seu território, entretanto, ter um membro da família assassinado por um criminoso aumenta o desejo de que a UPP permaneça.

e) Ouvindo sobre outros residentes sendo vitimizados pela polícia ou pelo tráfico de drogas

Além das experiências de vitimização sofridas pelo entrevistado ou por um membro da sua família ou círculo de amigos, a pesquisa indagou se os entrevistados ouviram falar de outras formas de vitimização que afetam outros residentes em sua comunidade.

19% dos entrevistados reportaram que conheceram alguém que foi punido pelo tráfico de drogas, e 20% reportaram que conheceram uma pessoa que foi morta por traficantes. 6,28% relataram que escutaram sobre alguém que "precisou pagar propina à criminosos por proteção". Um número significativamente maior, 17%, relatou que escutaram sobre alguém que precisou pagar "propina à polícia por alguma razão" (segurança, roubo de energia, automóvel sem documentação, etc.)

Figura 17. Vitimização de outros residentes na comunidade

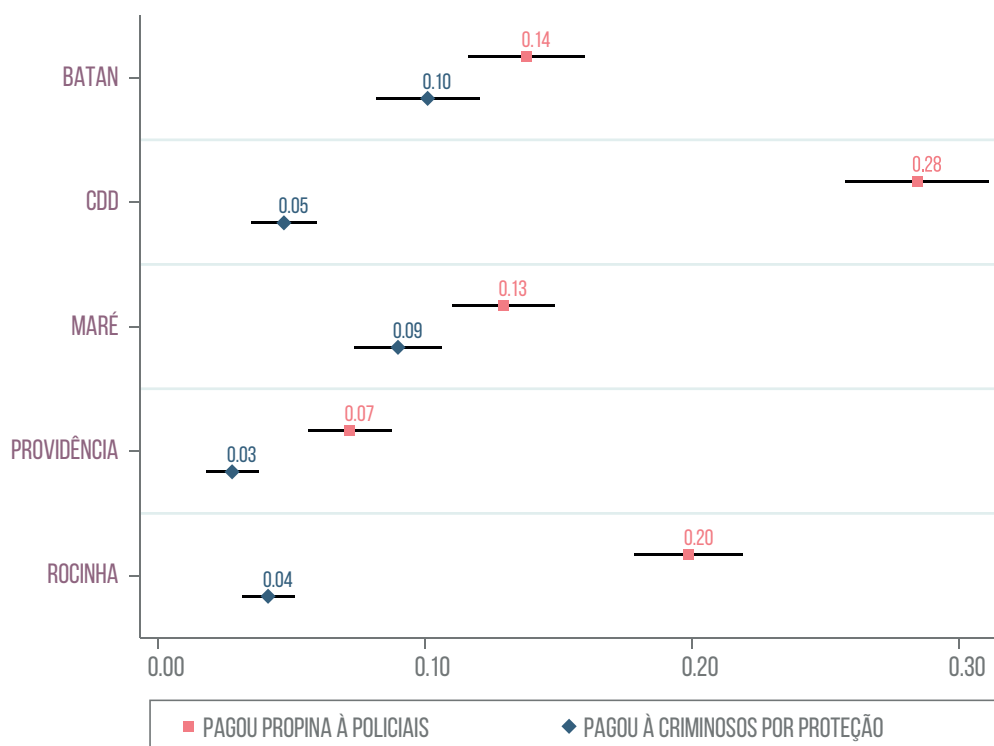


Para fornecer informações de como as favelas se diferem sobre a incidência dessas formas de vitimização, realizamos quatro modelos logit onde as respostas são codificadas como 1,0 para respostas "sim" e "não", respectivamente. Cada modelo inclui categorias sociodemográficas (não mostradas), que são definidas em seus valores médios, bem como um indicador para favela de residência.

Na figura 18, apresentamos as médias previstas de probabilidade quanto ao pagamento de suborno à criminosos e à polícia nas favelas derivada de dois modelos logit. Os resultados são reveladores sobre padrões diferenciados de extorsão pela polícia e pelos criminosos nos territórios.

CDD é onde a maioria dos moradores relatam pagar a polícia por algum motivo, seguido da Rocinha. Na Providência observamos a menor incidência de extorsão policial, enquanto a Maré e o Batan estão no meio. Em termos de extorsão criminal, o Batan e a Maré são os territórios onde os residentes precisam pagar mais para os criminosos por proteção, e na CDD, Providência e Rocinha o mínimo.

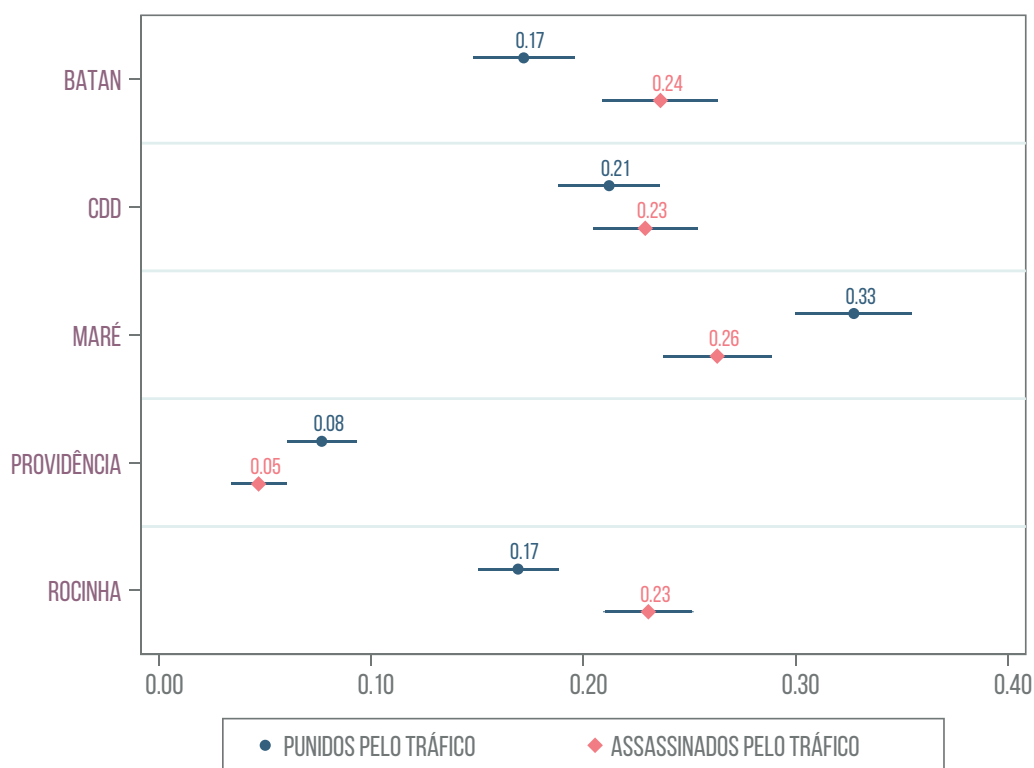
Figura 18. Pagamento de propina para criminosos e policiais



Para explorar as diferenças entre as favelas em termos de crimes cometidos por traficantes, realizamos um exercício análogo como mostra a figura anterior, que apresenta probabilidades previstas para cada favela oriundas de dois modelos logit usando as questões sobre sanções e homicídios cometidos por traficantes de drogas.

A Figura 19 apresenta as probabilidades previstas para cada uma das favelas, mantendo as características sociodemográficas nos valores médios. A Providência é claramente a favela com menos assassinatos por traficantes, e também onde há menos residentes punidos por grupos criminosos armados. A Maré é o território onde mais pessoas ouviram falar de alguém punido pelo tráfico. Em termos de alguém assassinado por traficantes, a Maré tem uma incidência maior do que o Batan, CDD e Rocinha, embora essas taxas previstas não possam ser distinguidas umas das outras de maneiras estatisticamente significativas.

Figura 19: Probabilidades por favela por crimes cometidos pelo tráfico



9. MEDO

Além da vitimização, nossos dados revelam que viver com medo, temer que a polícia ou grupos criminosos armados prejudiquem, causem dor ou destruam a vida ou a família, é um aspecto comum do cotidiano de muitos moradores da favela.

A pesquisa fez uma série de perguntas sobre o medo dos entrevistados em relação à polícia e aos criminosos. Foi solicitado aos entrevistados que pensassem com qual frequência nos últimos seis meses eles se preocupavam com vários fatores que são relatados na tabela 8. A coluna da esquerda agrupa questões relacionadas à polícia e as da direita aos criminosos.

Referente à polícia, residentes de favelas se sentem, constantemente, em perigo: 28% dos moradores reportaram que se preocupam em "ser morto pela polícia", 25% em "serem assaltados" por um policial, 22% preocupam-se por "ter um flagrante forjado pela polícia", e 19% relatam que estão sempre preocupados em serem "confundidos com um criminoso".

Referente aos grupos criminosos, o medo mais comum reportado por 39% dos entrevistados é que "alguém em sua família se envolva com o tráfico de drogas". O segundo medo mais relevante citado por 26% dos moradores é "sofrer retaliação ou extorsão de grupos criminosos".

Os dados revelam que um número considerável de residentes das favelas percebem tanto os grupos criminosos como a polícia como fonte de perigo, apreensão e dor.

Tabela 8 : com qual frequência durante os últimos 6 meses o senhor (a) se preocupou com:

AGRESSÃO POR UM POLICIAL		SOFRER RETALIAÇÃO E EXTORSÃO DE CRIMINOSOS	
NUNCA	30,9	NUNCA	30,8
RARAMENTE	13,1	RARAMENTE	15,5
AS VEZES	30,7	AS VEZES	27,5
SEMPRE	25,3	SEMPRE	26,2
SER CONFUNDIDO COM UM CRIMINOSO		MEMBRO DA SUA FAMÍLIA SE ENVOLVA COM O TRÁFICO	
NUNCA	42,7	NUNCA	23,8
RARAMENTE	13,8	RARAMENTE	13,9
AS VEZES	24,4	AS VEZES	23,5
SEMPRE	19,1	SEMPRE	38,8
TER UM FLAGRANTE FORJADO PELA POLÍCIA		SOFRER UM ASSALTO NA RUA	
NUNCA	38,3	NUNCA	50,5
RARAMENTE	13,3	RARAMENTE	18
AS VEZES	26,9	AS VEZES	17,9
SEMPRE	21,5	SEMPRE	13,6
SER MORTO POR UM POLICIAL		VIOLÊNCIA CRIMINAL	
NUNCA	31,9	NUNCA	30,8
RARAMENTE	14,7	RARAMENTE	15,5
AS VEZES	24,9	AS VEZES	27,5
SEMPRE	28,5	SEMPRE	26,2

10. COMPORTAMENTO POLICIAL

A Tabela 9 apresenta respostas a uma série de perguntas sobre comportamento policial, incluindo honestidade, violência, maneiras, treinamento e agressividade.

Em termos de honestidade da polícia, a maioria dos moradores concorda que apenas a minoria dos policiais são honestos. O Batan tem as avaliações mais positivas sobre a polícia: 34% responderam que a "maioria" dos policiais são honestos, e 27% que a minoria é honesta. Rocinha e Maré têm as avaliações mais negativas sobre a honestidade da polícia: 47% dos residentes em ambas comunidades dizem que "apenas a minoria" dos policiais são honestas. Os números correspondentes para Providência e CDD são 40% e 34%, respectivamente.

Referente à violência policial, 33% dos entrevistados responderam que a maioria dos policiais são violentos e 28% a minoria. Os residentes da Maré são significativamente mais propensos a responder que a polícia é violenta comparado com as comunidades onde uma UPP foi instalada. Na Maré, 45% responderam que a maioria dos policiais são violentos, em relação a 18%, 25%, 32% e 38% no Batan, Providência, CDD e Rocinha, respectivamente.

Em termos de atuações que possam indicar alguns comportamentos, como por exemplo, se os policiais tratam os residentes com respeito, 37% dos entrevistados nos disseram que "a minoria dos policiais tem boas maneiras". O Batan mostra as avaliações mais positivas, com 39% dos entrevistados respondendo que os policiais têm boas maneiras e tratam os residentes com respeito. As piores avaliações nesta dimensão são da Providência (13%), seguido de Rocinha (15%) e Maré (18%).

Referente à treinamento, apenas 16% dos entrevistados nos disseram que a polícia está bem treinada. As avaliações mais negativas nesta dimensão são da Maré e CDD, onde 51% e 49%, respectivamente, disseram que apenas a minoria dos policiais são bem treinados.

Por fim, os moradores estão divididos uniformemente em relação à questão da agressividade da polícia, com 33% dizendo que a maioria é agressiva, e 30% afirmando que apenas a minoria. Os resultados da Maré e Rocinha destacam-se nesta dimensão: nessas comunidades 46% e 39%, respectivamente, responderam que a maioria dos policiais são abusivos. O número correspondente para o Batan e a Providência é de 20% e para CDD é de 33%.

Tabela 9: Comportamento policial

	RESPOSTAS	BATAN	CDD	PROVIDÊNCIA	MARÉ	ROCINHA
HONESTOS	A MINORIA	26,81	33,73	39,69	47,12	46,64
	A METADE	39,17	50,13	47,24	35,51	44,21
	A MAIORIA	34,03	16,15	13,07	17,38	9,15
VIOLENTOS	A MINORIA	50,89	26,35	23,96	24,29	21,83
	A METADE	30,93	41,47	51,01	30,76	39,8
	A MAIORIA	18,18	31,99	25,02	44,96	38,37
EDUCADOS	A MINORIA	27,21	33,33	35,47	46,4	39,9
	A METADE	33,3	36,95	51,45	35,2	44,62
	A MAIORIA	39,49	29,71	13,08	18,39	15,48
BEM TREINADOS	A MINORIA	37,25	48,78	37,56	50,84	37,73
	A METADE	40,91	35,38	48,79	32,3	49,94
	A MAIORIA	21,84	15,84	13,65	16,84	12,33
AGRESSIVOS ABUSIVOS	A MINORIA	50,15	30,26	23,93	24,75	23,92
	A METADE	29,71	36,52	56,1	29,14	36,73
	A MAIORIA	20,14	33,22	19,96	46,11	39,35

Portanto, olhando para além da UPP e voltando-se para as opiniões do público quanto à polícia em geral, vemos tendências similares de opinião entre as favelas. O Batan, consistentemente, tem os sentimentos mais positivos em relação à UPP e à polícia, enquanto a Rocinha tem sentimentos extremamente negativos. Mais do que os residentes da Rocinha, na Maré, encontramos as avaliações mais negativas sobre o comportamento da polícia.

a) Índice de confiança na polícia

Utilizando as questões referente ao comportamento policial, criamos um índice de confiança dos moradores na polícia. Para construir o índice também utilizamos o Cronbach alfa para mensurar a consistência interna do índice ou proximidade de correlação dos itens. Neste caso, o coeficiente alfa é .80, um bom valor para um índice. Concluimos que usar a série de perguntas sobre o comportamento da polícia apresentado acima, em uma única medida, tem consistência interna e pode ser usado para modelar as avaliações dos moradores sobre a polícia. A medida é baseada em como os residentes avaliam a polícia em comportamentos como corrupção, treinamento, maneiras, violência e agressividade.

Tabela 10: Índice de avaliação do comportamento policial

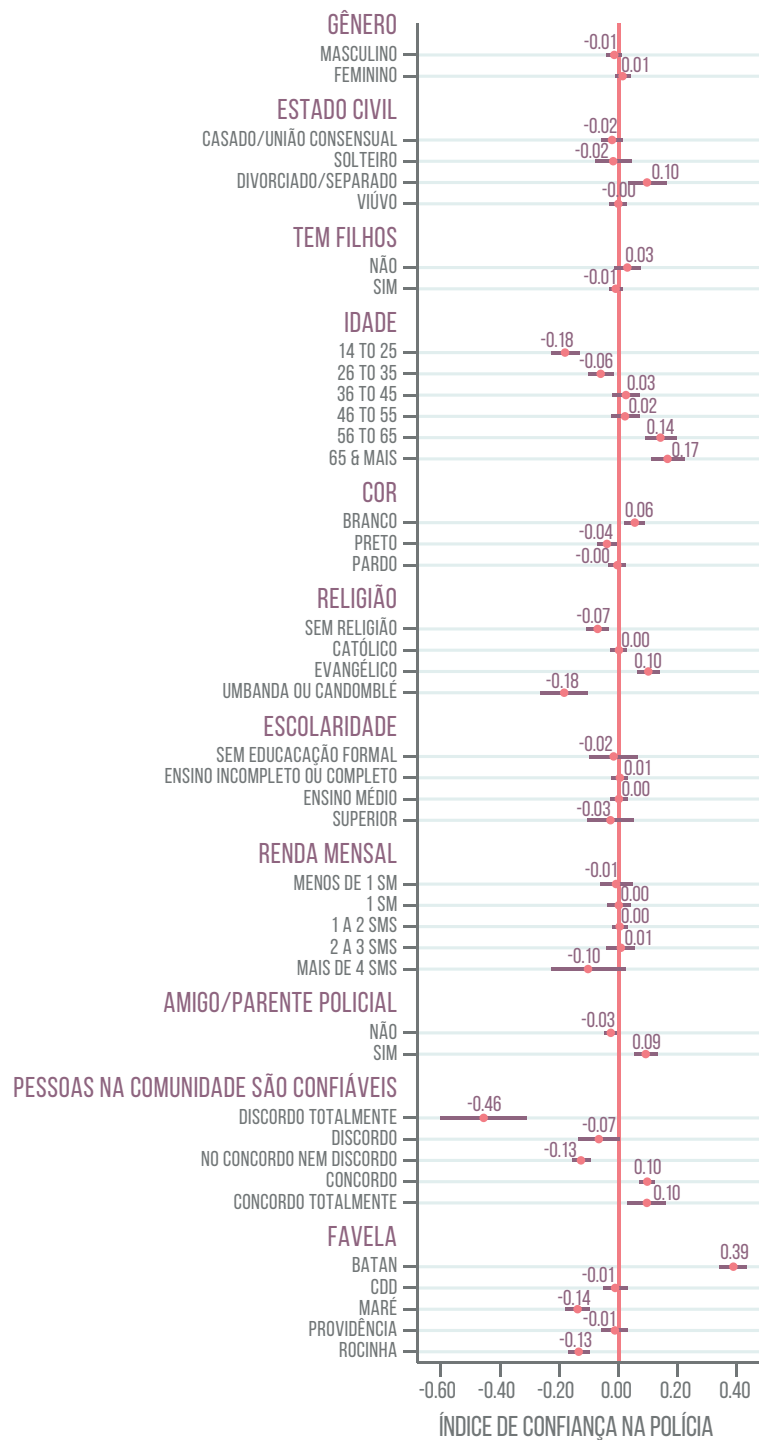
	MÉDIA	STD. DEV
BATAN	0,3682	0,7886
CDD	0,0235	0,8
PROVIDÊNCIA	0,002	0,6474
ROCINHA	-0,1257	0,6907
MARÉ	-0,1548	0,7597
TOTAL.002	0,002	0,7583

O índice varia de um mínimo de 1,22 a um máximo de 1,66. O valor médio para todas as favelas é de 0,028. O valor médio para as favelas é, do menor ao mais alto, Maré (-0,15) Rocinha (-0,13), Providência (0,002), CDD (0,02) e Batán (0,37).

É conveniente entender quem possui as melhores avaliações do comportamento policial. Usamos o índice como uma variável dependente para uma regressão OLS, onde utilizamos as variáveis sociodemográficos e indicações por favela.

Além disso, inserimos perguntas sobre a confiança do entrevistado em pessoas da sua comunidade, o que provavelmente está correlacionado com a confiança na polícia. A razão para inferir esta questão é que pessoas que são inerentemente mais confiantes podem exibir mais confiança independentemente de estar falando sobre a polícia ou outras pessoas da comunidade. Os resultados são apresentados na figura 20.

Figura 20: Regressão OLS: Índice de confiança na polícia



O modelo revela que idade, cor da pele e religião são estatisticamente significativas, com pretos e pardos, pessoas mais jovens e sem religião ou que pertencem a Umbanda ou Candomblé com as piores avaliações sobre o comportamento policial e menos confiança na polícia. Ter um amigo ou membro da família policial aumenta a confiança na polícia e as avaliações sobre eles. O gênero, ter filhos, o status marital, a escolaridade e a renda são estatisticamente insignificantes.

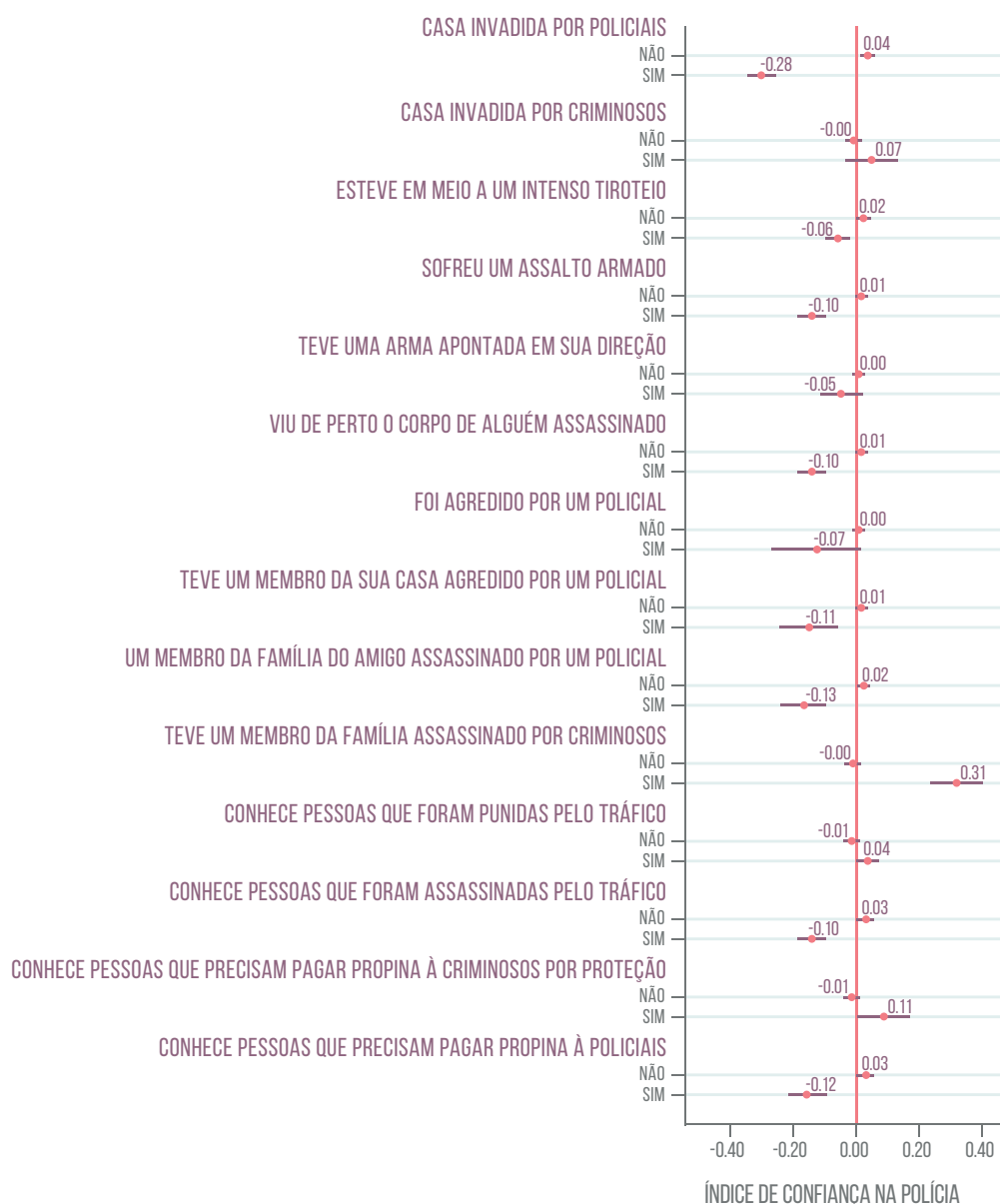
Em termos de experiências de vitimização, não é surpreendente que observamos que ser vítima de uma forma de agressão policial tem um forte impacto negativo no índice de avaliação do comportamento policial. Outras experiências de vitimização, inclusive em que traficante de drogas ou criminoso são os perpetradores, diminuem as avaliações sobre a polícia. Entre estas experiências de vitimização, a única variável que tem um impacto positivo nas avaliações da polícia é conhecer alguém que precisa pagar à grupos criminosos por proteção.

Em termos de favelas, Batan tem as avaliações mais positivas, a Rocinha e a Maré as piores, e a CDD e Providência no meio.

b) Índice de confiança na polícia e vitimização

Nós exploramos a relação entre o índice de confiança na polícia e a vitimização. Incluímos um conjunto de experiências de vitimização que o entrevistado sofreu diretamente, bem como o que ele ou ela ouviu sobre os outros.

Figura 21: Regressão OLS: índice de confiança na polícia e vitimização



Os resultados confirmam que sofrer qualquer tipo de abuso da polícia reduz a confiança. Os efeitos mais fortes estão relacionados a ter a "casa invadido pela polícia", seguido por ter um membro da família ou um amigo próximo morto pela polícia ou que sofreu agressão policial. É importante destacar que, quando os residentes ouvem que outros pagaram subornos à polícia, isso também reduz a confiança na polícia.

Em termos de criminosos, encontramos que ter alguém na família assassinado por criminosos aumenta a confiança na polícia e o impacto é bastante forte. Conhecer alguém que pagou criminosos por proteção e punido por criminosos também aumenta a confiança na polícia. Em contraste, sofrer um assalto à mão armada diminui a confiança na polícia.

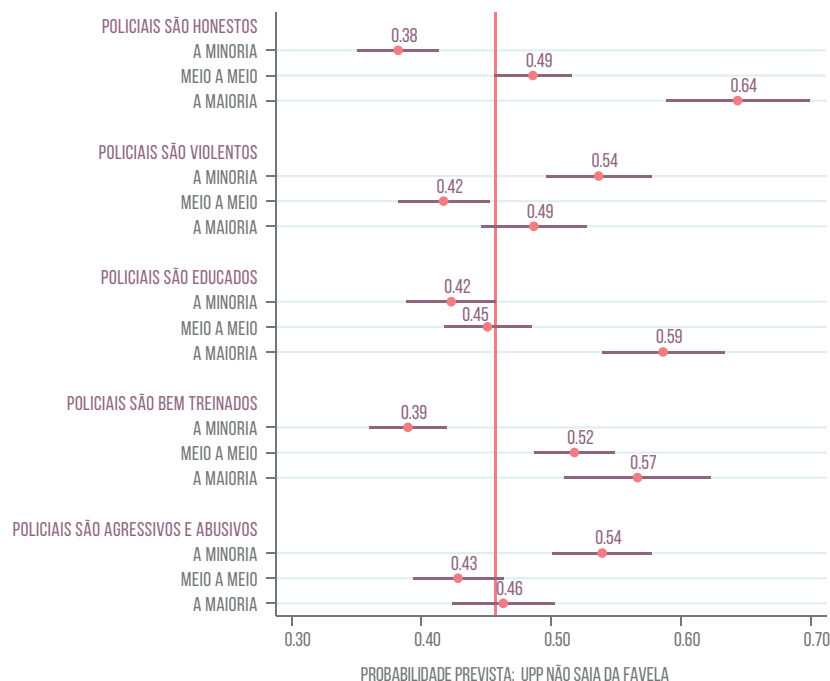
c) Comportamento policial e avaliação da UPP

Em termos de como o comportamento da polícia influencia nas avaliações da UPP, a figura a seguir apresenta os resultados de um modelo logit para saber se a UPP deve permanecer ou não. Como antes, codificamos como 1 aqueles que responderam sim, que querem que a UPP saia, e como 0 aqueles que disseram não ou não sabem.

Torna-se transparente que, se os residentes observam que a polícia é honesta, não violenta, trata os residentes com respeito, está bem treinada e não é abusiva ou agressiva, eles são significativamente mais propensos a querer que a UPP permaneça em sua favela. Os resultados (não mostrados) são quase idênticos quando utilizamos o índice de suporte à UPP.

Os resultados revelam que o fator que mais interessa aos residentes é a honestidade/corrupção da polícia. Dentre aqueles que responderam que a maioria dos policiais são honestos, 0,64 não deseja que ele vá embora. Este número cai para 0,34 entre aqueles que responderam que a maioria dos policiais são desonestos.

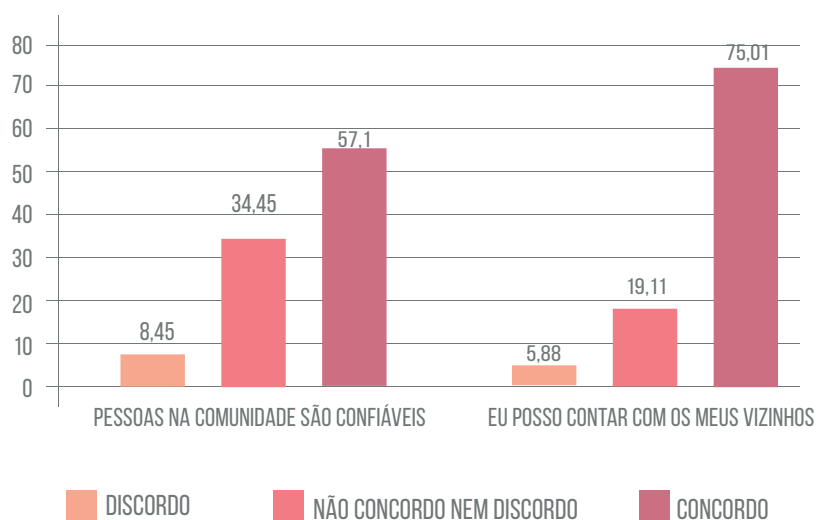
Figura 22: Modelo Logit: Comportamento policial e avaliações da UPP



11. CAPITAL SOCIAL E CONFIANÇA NA COMUNIDADE

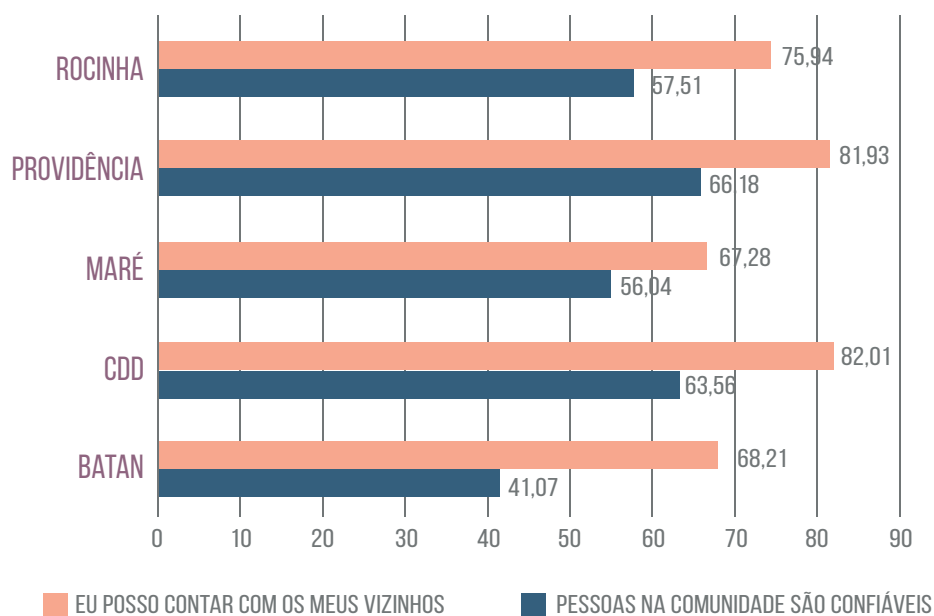
Referente ao capital social, a pesquisa fez uma série de perguntas sobre confiança, indagando se os residentes da favela confiam em seus vizinhos, e o quanto estão dispostos a contribuir para bens coletivos. Encontramos níveis extremamente elevados de confiança. 57% dos residentes das favelas relataram que eles confiam em membros da sua comunidade e 75% sentem que podem contar com seus vizinhos. Este resultado é contrário a noções comuns entre pessoas de fora de que as favelas são lugares de alta desfuncionalidade social.

Figura 23. Confiança na comunidade e vizinhos



Em termos de diferenças entre as favelas, encontramos níveis significativamente mais baixos de confiança na comunidade do Batan, onde apenas 41% responderam que confiam em membros da sua comunidade. Os números correspondentes para a Maré são de 56%, e para a Rocinha, a Providência e a CDD são 57,5%, 66% e 63%, respectivamente. Também encontramos um menor nível de confiança entre os vizinhos no Batan (63%) e Maré (68%), relativo à Providência (82%), Rocinha (75%) e CDD (82%).

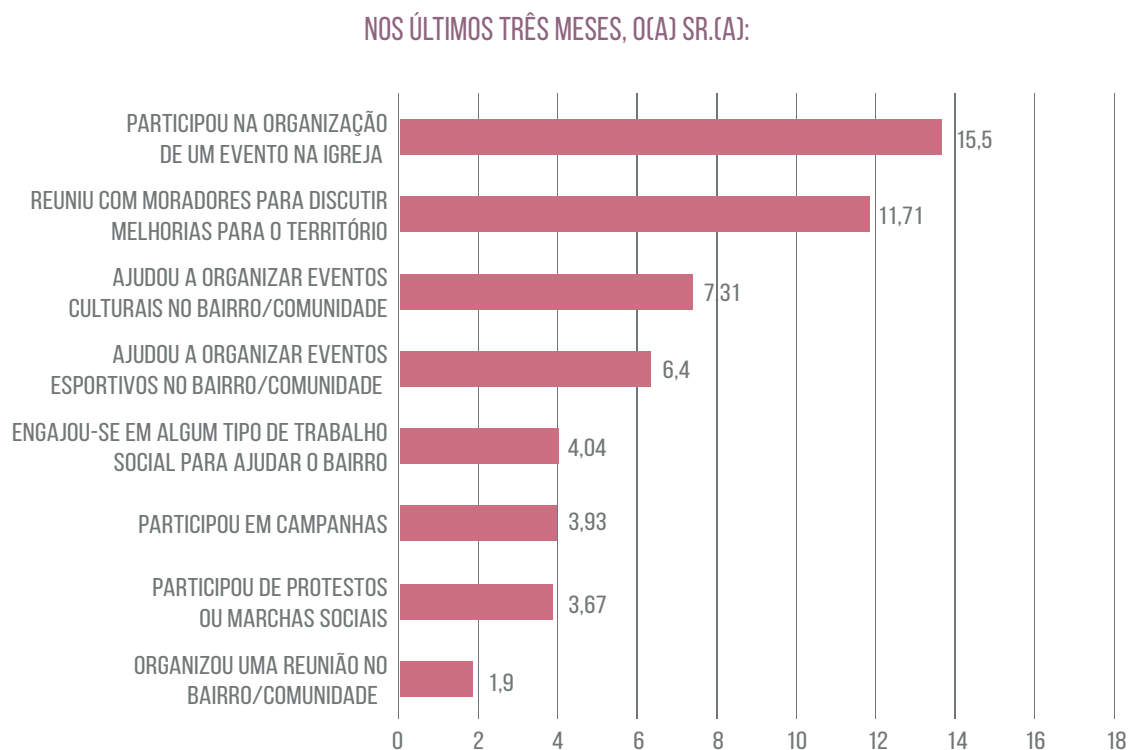
Figura 24. Confiança na comunidade e vizinhos por favela



A pesquisa também perguntou a frequência com que os entrevistados se envolvem em atividades coletivas, inclusive participando de reuniões comunitárias para discutir problemas ou melhorias para a comunidade, colaboração na organização de eventos esportivos, culturais ou religiosos, e se envolvem em trabalhos sociais relacionados à comunidade, entre outros.

Entre essas atividades, a mais citada pelos entrevistados com cerca de 16% é participar de eventos religiosos, seguido de cerca de 12% que relatou participar de reuniões comunitárias, e 8% em eventos culturais.

Figura 25. Ações coletivas na comunidade



Referente às diferenças entre as favelas em relação à participação dos moradores, descobrimos que uma porcentagem maior de residentes no Batan (20%) e na Providência (26%), relataram participar de reuniões em sua comunidade para discutir problemas. Os números correspondentes para as outras favelas são muito menores (Rocinha 9%, Maré 3% e CDD 4%).

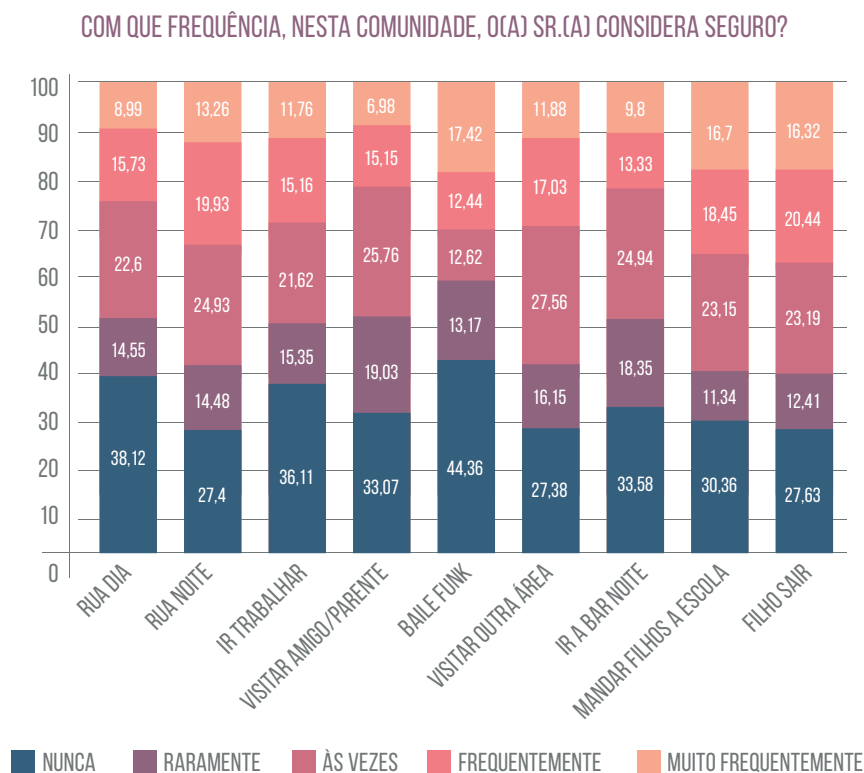
12. SEGURANÇA EM ATIVIDADES DIÁRIAS

A forte presença de grupos criminosos e, em algumas favelas, os frequentes confrontos que ocorrem entre traficantes e a polícia fazem com que muitos moradores se sintam inseguros e temerosos com suas rotinas diárias. Foi feita uma série de perguntas sobre atividades diárias e sobre o sentimento de segurança e insegurança dos entrevistados. A Figura 26 apresenta as respostas.

Cerca de 40% dos entrevistados relataram que "nunca" ou "raramente" se sentem seguros em deixar seus filhos saírem de casa. Mais de 40% afirmam que "nunca" ou "raramente" se sentem seguros enviando seus filhos à escola. Mais de 50% "nunca" ou "raramente" se sentem seguros indo para um bar à noite, e uma porcentagem semelhante relatou que não se sentem seguros visitando amigos ou familiares, ou quando saem para trabalhar.

Entre essas atividades, ir a um baile funk é considerada a atividade menos segura, com mais de 55% relatando que "nunca" ou "raramente" se sentem seguros. A segunda atividade de mais arriscada é visitar um amigo ou um membro da família e ir ao trabalho.

Figura 26. Segurança em atividades diárias



Utilizamos o método Cronbach alfa para estimar a confiabilidade de um índice de insegurança que utiliza respostas a todas essas questões. Nesse caso, o coeficiente alfa é 0.90 o que é extremamente alto. Consequentemente, podemos concluir que a medida tem consistência interna e que pode ser usada para identificar a insegurança diária das atividades cotidianas.

O histograma abaixo apresenta o índice de insegurança para cada uma das favelas. O índice vai de -1,2 (mais seguro) para 3 (1,8 mais inseguro). A pontuação média para a amostra total de residentes da favela é de -0,039 e seu desvio padrão é de 0,77. Os índices médios das favelas, que vão do mais ao menos seguro, são: CDD (-0.25), Rocinha (-0.10), Providência (-.06), Maré (-0.26) e Batan (0.31). Assim, de acordo com esses dados, os residentes do Batan sentem-se menos seguros em suas atividades diárias, sendo CDD e Rocinha os mais seguros.

Figura 27



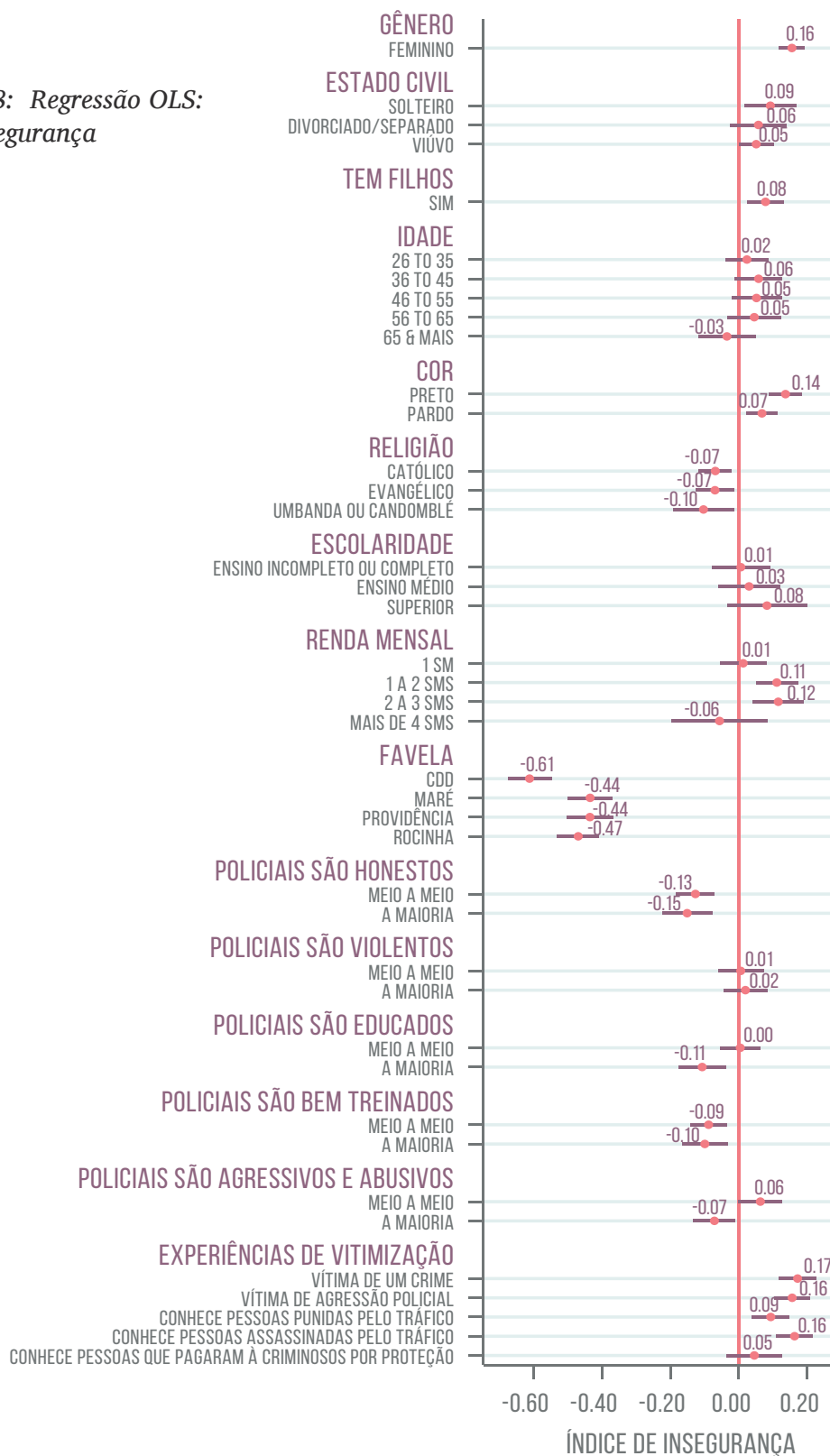
Para explorar o importante aspecto de quanto os residentes das favelas se sentem seguros em suas rotinas diárias, realizamos uma regressão OLS do índice de insegurança.

Os resultados revelam que as mulheres se sentem significativamente mais inseguras em suas rotinas diárias do que os homens. Pessoas solteiras se sentem mais inseguras do que o restante das categorias. Aqueles que têm filhos se sentem significativamente mais inseguros do que aqueles que não têm.

Curiosamente, a idade não tem impacto estatístico significativo nos sentimentos de insegurança. Embora os jovens possuam uma probabilidade muito mais alta de serem vítimas tanto da polícia como de criminosos, seu otimismo natural se reflete no fato de que, em suas rotinas diárias, eles não se sentem mais inseguros do que o resto da população. Pessoas com mais de 65 anos sentem-se significativamente menos inseguras do que o resto.

Os brancos relatam sentir-se mais seguros do que os pardos e os negros, que são os mais inseguros. Aqueles com alguma religião se sentem menos inseguros do que aqueles que não têm religião. Em termos de renda e educação, encontramos que os residentes mais ricos e educados tendem a se sentir mais inseguros, embora essas variáveis não alcancem significância estatística.

Figura 28: Regressão OLS:
Índice de insegurança

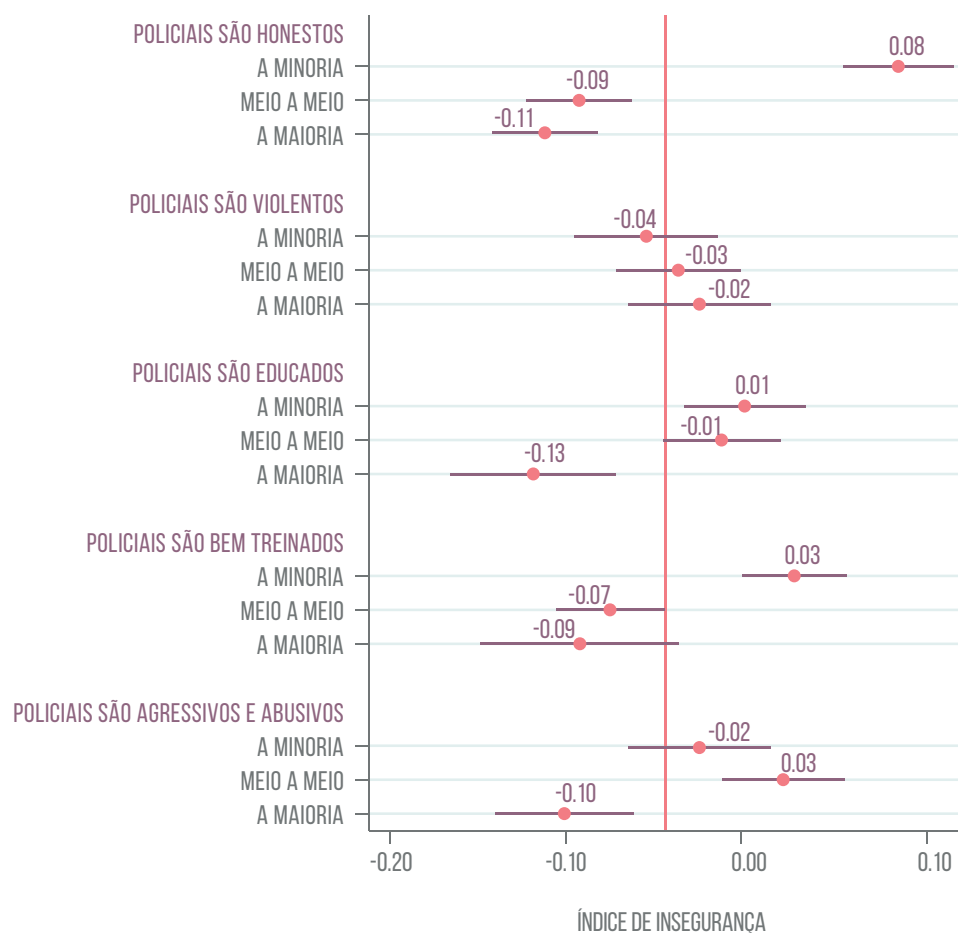


Em termos de local de residência, os mais inseguros são os residentes do Batan e os menos inseguros são os residentes da CDD, com o resto das favelas em algum lugar intermediário. Portanto, embora os residentes do Batan relatem níveis mais baixos de vitimização nas mãos da polícia e também níveis mais altos de satisfação com a UPP, eles se sentem mais inseguros em suas rotinas diárias do que residentes em outras favelas.

a) Sentimento de insegurança e comportamento policial

Vale a pena explorar a correlação entre o índice de insegurança e o comportamento da polícia. Realizamos uma análise OLS usando o índice de insegurança como variável dependente e respondemos a uma série de perguntas sobre comportamento policial. Os resultados são apresentados na figura 29 abaixo.

Figura 29: Regressão OLS: índice de insegurança e comportamento policial



É importante destacar que, quanto maior o percentual de residentes que consideram que a polícia é honesta, educada, bem treinada e que os policiais são educados, eles se sentem significativamente menos inseguros.

A agressividade da polícia tem um intrigante efeito em forma de U: os residentes se sentem mais seguros quando relatam que a "maioria" é agressiva e mais insegura quando não pode dizer se a maioria ou a minoria são agressivas. Em outras palavras, a agressividade policial nem sempre está correlacionada com um maior sentimento de insegurança. É importante destacar que a violência policial não tem efeito estatístico significativo.

Em termos de vitimização, não é surpreendente que todas as experiências aumentem, significativamente, a sensação de insegurança, com exceção de "conhece pessoas que pagam aos criminosos por proteção", o que tem um efeito positivo, mas estatisticamente insignificante (resultados não são apresentados).

13. OPINIÕES: QUANDO A VIOLÊNCIA POLICIAL É JUSTIFICADA?

Para analisar em que circunstâncias os residentes da favela acreditam que a violência da polícia seria justificável, realizamos o que é chamado de "experimento de iniciação". O "Priming" é definido como a ativação passiva, indescritível e discreta de representações mentais relevantes por estímulos ambientais externos, de modo que as pessoas não estejam conscientes da influência exercida por esses incentivos (Bargh & Huan, 2004).

Nosso primeiro experimento consistiu em introduzir dois itens na pesquisa, descrevendo diferentes cenários em que a polícia disparou e matou um suspeito. Descrições e imagens diferenciadas acompanharam esses cenários. Distribuímos, aleatoriamente, os entrevistados em dois grupos. Ambos os grupos foram convidados a indicar o seu nível de acordo com a frase: "os policiais agiram corretamente nessa situação". As respostas possíveis foram as seguintes: 1. Concordo plenamente, 2. De acordo, 3. Não concorda nem discorda, 4. Discordo, 5. Discordo totalmente.

No primeiro item, a história começou, para ambos os grupos, da seguinte forma: *"Dois policiais encontraram dois jovens suspeitos que começaram a correr. A polícia exigiu que os suspeitos parassem, mas os jovens continuaram a correr e entraram em um beco. Os policiais correram atrás dos suspeitos e ordenaram que parassem novamente, mas quando a polícia percebeu que os suspeitos estavam fugindo, eles dispararam contra os jovens várias vezes. Um dos suspeitos foi morto e o outro ferido"*.

Apenas a seguinte frase e as imagens diferiram para ambas as condições: no Grupo um (a condição bolsa e I-Pad), a última frase do parágrafo e a imagem foram as seguintes: *"Quando os policiais examinaram as mochilas dos suspeitos, eles encontraram um bolsa, uma carteira, dinheiro e um I-Pad"*.

Referente ao Grupo dois (condição da arma e da droga), estes foram os itens correspondentes: *"Quando os policiais examinaram as mochilas dos suspeitos, encontraram drogas, um rádio, um revólver e dinheiro"*.

Figura 1. Bolsa e I-Pad

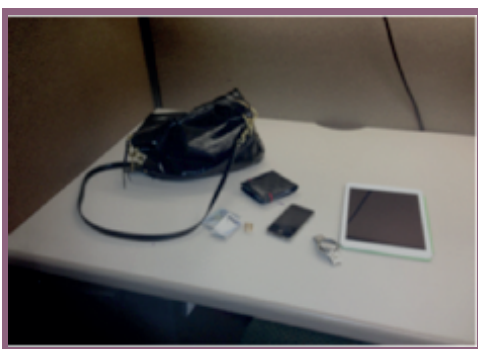


Figura 2. Arma e drogas



Independentemente do grupo designado aos entrevistados, atirar em suspeitos, em qualquer uma das duas situações descritas, é injustificado e pode ser considerado um uso injustificado da força letal. Em nenhuma das situações os suspeitos colocavam diretamente a vida de policiais (ou outros cidadãos) em risco imediato, considerando que eles estavam fugindo. Portanto, a força letal não deve ser usada nesse caso, de acordo com os princípios internacionais que já foram incorporados nas normas nacionais brasileiras.

A Tabela 11 mostra a porcentagem de moradores que concordam ou discordam com a atuação da polícia contra os suspeitos do grupo Drogas e armas e o grupo Bolsa e I-Pad.

Tabela 11: Distribuição das respostas dos entrevistados por experimento

AFIRMAÇÃO	GRUPO DE TRATAMENTO	DISCORDA TOTALMENTE	RESPOSTA DOS ENTREVISTADOS (%)			
			DISCORDA	NÃO CONCORDA NEM DISCORDA	CONCORDA	CONCORDA PLENAMENTE
OS POLICIAIS ATUARAM CORRETAMENTE NESTA SITUAÇÃO	TABLET E BOLSA	13,6%	42,7%	27,2%	13,1%	3,5%
	DROGAS E ARMAS	9,1%	39,2%	27,3%	18,4%	5,9%
O USO DA FORÇA POR PARTE DOS POLICIAIS FOI EXCESSIVO NESTA SITUAÇÃO	TABLET E BOLSA	3,8%	10,7%	23,6%	50,2%	11,7%
	DROGAS E ARMAS	3,4%	15,9%	25,8%	45,4%	9,6%
O BRASIL DEVE LEGALIZAR ÀS DROGAS	TABLET E BOLSA	37,1%	26,2%	16,0%	13,5%	7,2%
	DROGAS E ARMAS	37,2%	26,3%	18,4%	11,7%	6,8%
OS POLICIAIS DEVEM, SEMPRE QUE POSSÍVEL, PRENDER AO INVÉS DE MATAR	TABLET E BOLSA	2,0%	2,6%	18,0%	50,2%	27,1%
	DROGAS E ARMAS	1,7%	3,5%	19,0%	51,3%	24,5%

Em geral, os residentes discordam significativamente da afirmação de que "os policiais agiram corretamente nessa situação". Cerca de 56% dos entrevistados na Condição 1 (Bolsa e I-Pad) discordam da afirmação em relação à 48% na condição 2 (Drogas e armas). Os entrevistados expostos à imagem de drogas e armas são ligeiramente mais propensos a concordar que a polícia atuou corretamente (24,3%) em comparação com os entrevistados expostos à imagem da bolsa e o I-Pad (16,6%).

Esses resultados foram significativamente diferentes quando o mesmo experimento foi conduzido com cerca de 6.000 policiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) em 2014. Os policiais da PMERJ estavam mais propensos a acreditar que a polícia atuou corretamente ao atirar em suspeitos que levavam drogas e armas, em comparação com uma situação semelhante em que os suspeitos carregavam uma Bolsa e um I-Pad. Em outras palavras, contextualizar a polícia em termos de armas e drogas aumenta sua concordância com o uso de força letal (injustificada): 18,3% do grupo que viu as Drogas e Armas concordaram com a afirmação de que a polícia atuou corretamente vs. 5.1 % no grupo 'Purse and I-Pad' (Beatriz & Cano, 2016).

Quando os residentes foram perguntados sobre concordar ou não com a afirmação de que "a polícia usou força excessiva nesta situação", 62% dos entrevistados atribuídos à condição 1 (bolsa e I-Pad) concordaram, em comparação com 55% na condição 2 (drogas e Gun). Mais uma vez percebemos uma ligeira diferença entre os grupos, sugerindo que o nível de concordância dos entrevistados é minimamente afetado quando armas e drogas estão presentes no tratamento.

Para entender as percepções dos residentes sobre fatores que podem desencadear a violência policial ou contribuir para o aumento da violência criminal em geral, esse experimento incluiu uma questão sobre a legalização das drogas no Brasil. Embora não haja praticamente nenhuma diferença nas respostas entre os tratamentos I-Pad/-Tablet e Drogas/Armas, os resultados revelaram que os residentes das favelas são tão desfavoráveis à legalização das drogas quanto outras pessoas que não são violentamente e diretamente afetadas por seu status ilegal.

Embora o tráfico e consumo de drogas estejam entre os maiores causas da violência policial, preconceito racial, e prisões que afetam a vida dos moradores da favela, os resultados mostraram que 63% dos entrevistados não concordam que "o Brasil deve legalizar as drogas". Em 2014, uma pesquisa de opinião pública revelou que 79% dos brasileiros se opuseram à legalização da maconha. Esse resultado revela que os moradores das favelas também são conservadores em relação às políticas relacionadas à drogas.

Utilizando uma metodologia experimental semelhante para coletar percepções sobre o uso da força policial, outra história foi apresentada aos nossos entrevistados dos grupos A e B. No primeiro item, a história começou, para ambos os grupos, da seguinte forma: *"Marcelo tinha 24 anos quando foi morto pela polícia durante uma operação policial "*. Na segunda e terceira linhas, apresentamos informações diferentes para ambos os grupos: *"Ele estava com um grupo de homens (grupo A)/Ele estava com um grupo de traficantes (grupo B) quando os oficiais estavam preparados para fazer uma incursão na favela do Rio. Marcelo tinha um fuzil (grupo A)/Sem fuzil (grupo B)"*.

A última parte da história apresentada é a mesma para ambos os grupos. *"Quando ele tentou escapar um policial atirou nele e feriu seu braço. O resto do grupo escapou. Quando Marcelo ficou caído e ferido na rua, o policial aproximou-se dele e atirou novamente em Marcelo. Ele agonizou por 20 minutos e morreu "*.

O objetivo deste experimento é expor se os entrevistados reagiram de maneira diferente à violência policial depois de receber as informações sobre traficantes de drogas versus a presença de armas. A idéia era narrar duas histórias alternativas que indicasse que Marcelo era um criminoso, um por causa de seu relacionamento com traficantes e o outro porque ele estava carregando uma arma.

Notavelmente, os participantes das experiências A (um grupo de homens/fuzil) e B (um grupo de traficantes) responderam de forma muito semelhante aos diferentes tratamentos introduzidos na narrativa de Marcelo. Em outras palavras, não há diferenças significativas entre os grupos (veja a tabela 12 abaixo).

Embora o experimento revele um impacto negativo entre os grupos, as respostas coletadas oferecem informações importantes sobre as percepções dos residentes sobre a violência policial. Enquanto, historicamente, os moradores das favelas são vítimas da brutalidade policial e do uso arbitrário da força devido à associação com o tráfico de drogas, ainda há uma porcentagem elevada de entrevistados que expressaram a opinião de que as ações da polícia devem ser severas quando relacionadas a criminosos.

Conforme mostrado no quadro 12, embora a maioria dos entrevistados não esteja de acordo com a afirmação "a polícia atuou corretamente nesta situação (47%), quase 30% dos moradores entrevistados revelaram que estavam de acordo com o ato da polícia em relação à Marcelo. Curiosamente, os resultados implicam que ambos os grupos poderiam ter percebido Marcelo como um criminoso devido à presença de armas apresentada no grupo A ou a sua associação com traficantes de drogas apresentada no grupo B.

A seguinte pergunta na tabela 12 revela que os residentes identificaram as ações policiais como excessivas. Cerca de 52% dos residentes concordam com a declaração "o uso da força pela polícia foi excessiva", seguido de cerca de 25% que não concordam nem discordam, e cerca de 20% que concordam com o uso da força pela polícia.

Em geral, a sociedade brasileira é extremamente conservadora em opiniões referente à políticas para punir criminosos. Historicamente, o medo levou a classe média e alta a pressionar, constantemente, por políticas e estratégias de segurança pública severas, para lidar com o aumento da criminalidade que afeta o país desde os anos 80.

Curiosamente, as opiniões conservadoras sobre penalizar criminosos ultrapassaram o campo das políticas formais para à percepção de que a justiça deve ser feita com as "próprias mãos" da sociedade. Infelizmente, a aprovação de ações informais para promover a "justiça", como linchamento público e massacres, tem sido, de certo modo, socialmente justificável em nome da segurança pública.

Tabela 12: Distribuição das respostas dos entrevistados por experimento

AFIRMAÇÃO	GRUPO DE TRATAMENTO	DISCORDA TOTALMENTE	RESPOSTA DOS ENTREVISTADOS (%)			
			DISCORDA	NÃO CONCORDA NEM DISCORDA	CONCORDA	CONCORDA PLENAMENTE
OS POLICIAIS ATUARAM CORRETAMENTE NESTA SITUAÇÃO	MARCELO PORTAVA UM FUZIL	16,0%	31,4%	25,0%	21,4%	6,7%
	MARCELO ESTAVA COM TRAFICANTES	12,9%	31,0%	26,0%	23,0%	6,8%
O USO DA FORÇA POR PARTE DOS POLICIAIS FOI EXCESSIVO	MARCELO PORTAVA UM FUZIL	4,7%	19,2%	24,1%	37,6%	14,5%
	MARCELO ESTAVA COM TRAFICANTES	5,2%	20,2%	25,3%	36,4%	13,0%
BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO	MARCELO PORTAVA UM FUZIL	31,2%	32,2%	23,6%	8,9%	4,1%
	MARCELO ESTAVA COM TRAFICANTES	31,0%	32,0%	22,7%	9,5%	4,8%
A POLÍCIA DEVERIA TER OFERECIDO ASSISTÊNCIA A MARCELO PARA TENTAR SALVAR A SUA VIDA	MARCELO PORTAVA UM FUZIL	2,5%	6,8%	17,4%	51,5%	22,5%
	MARCELO ESTAVA COM TRAFICANTES	2,4%	7,8%	19,0%	49,1%	21,6%
ESSE TIPO DE ATUAÇÃO É MUITO COMUM	MARCELO PORTAVA UM FUZIL	5,4%	23,7%	36,6%	27,6%	6,7%
	MARCELO ESTAVA COM TRAFICANTES	5,2%	24,8%	36,8%	26,5%	6,7%

Portanto, a alta taxa de aceitação da frase "bandido bom é bandido morto" reflete, impressionantemente, o atual posicionamento da sociedade brasileira. Enquanto cerca de 50% dos brasileiros concordariam com esta declaração, residentes de favelas têm uma opinião diferente. Como mostrado na tabela 12 acima, apenas 13% dos residentes das favelas concordaram com essa frase popular.

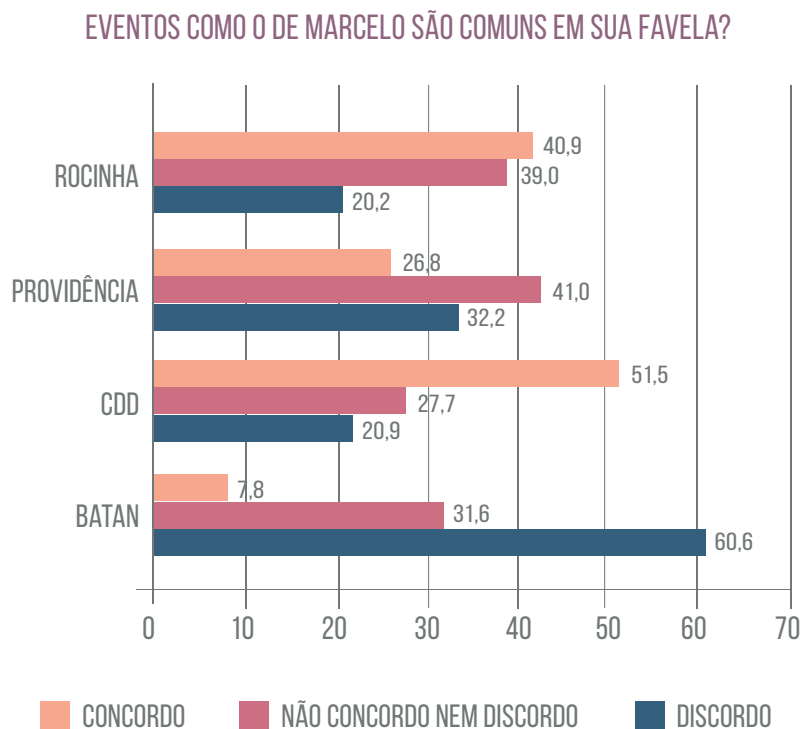
Um alto nível de concordância com a frase é encontrado na Polícia Militar do Rio de Janeiro (42%), cabendo ressaltar que o percentual está abaixo do que seria o percentual da sociedade geral. (Magaloni & Cano, 2016).

Quando os residentes foram questionados se "a polícia deveria ter oferecido assistência a Marcelo para salvar sua vida", a maioria dos entrevistados (75%) concordou com a frase. A última pergunta na tabela 12 revela como os residentes das favelas estão altamente expostos a eventos semelhantes a história de Marcelo.

Cerca de 36% dos residentes concordaram com a declaração "esta é uma situação muito comum nas favelas", confirmando que os eventos envolvendo o uso excessivo da força por policiais são relativamente frequentes nesses territórios. Mas, as percepções e respostas dos residentes a essa questão específica variam de um território para outro.

A figura abaixo mostra que os residentes da CDD concordaram que as situações de violência policial e o uso excessivo da força, como descrito na história de Marcelo, são comuns em sua comunidade (51%), enquanto apenas 8% dos entrevistados no Batan concordaram com a frase. Rocinha (41%), seguida por Maré (35%), também relatam a percepção de altos níveis de eventos violentos e arbitrários em seus territórios. Mais uma vez, é importante destacar que nas duas histórias descritas no experimento, Marcelo já estava ferido e caído na rua quando a polícia disparou mais uma vez, caracterizando o ato como uma execução sumária de acordo com os padrões internacionais.

Figura 30: Frequência que estes eventos ocorrem em sua favela



NOTA: EVENTOS RELACIONADOS À HISTÓRIA DE MARCELO.

A Tabela 13 abaixo mostra as opiniões de residentes das favelas sobre outros temas relacionados à segurança pública. Quando perguntado sobre a redução da idade penal de 18 para 16 anos para crimes de homicídio – aprovada pela Câmara Federal em 2015, embora não implantada – 52% dos entrevistados foram favoráveis à essa iniciativa, seguidos de 24,1% que não concordam nem discordam, e 23,2% que discordam. Antes de responder a essas perguntas, nossos participantes foram informados de que "o Brasil é o quarto país com a maior população carcerária do mundo e a maioria delas são jovens de 18 a 25 anos".

A seguir, ainda na tabela 13, perguntou-se se o tráfico de drogas e roubos também deveriam fazer parte dos crimes contemplados na redução da idade penal. Surpreendentemente, a maioria dos participantes concordou com a declaração "a redução da idade penal deve incluir crimes relacionados ao tráfico de drogas e ao roubo" (56%). Curiosamente, as leis que criam punições severas para crimes juvenis, especialmente o tráfico de drogas, afetam diretamente os jovens desfavorecidos, particularmente pretos entre 14 a 17 anos. Atualmente, 28% da população prisional no Brasil é condenada por crimes relacionados a drogas. As prisões por tráfico de drogas cresceram drasticamente entre 2005 (8%) a 2014 (28%) devido à uma lei aprovada em 2016 que distingue o usuário e o traficante.

Com uma taxa de encarceramento que atinge 300 pessoas por 100.000 habitantes, as prisões no Brasil, historicamente, não têm sido uma chance de reabilitação para condenados. A superlotação das prisões, a extrema violência, as guerras de facções de drogas dentro das prisões e a falta de políticas de reintegração transformaram o sistema carcerário brasileiro em uma estrutura fracassada. A questão 3 apresenta a opinião dos residentes da favela sobre melhorar a qualidade de vida dos prisioneiros. 42% dos entrevistados discordaram da afirmação: "a sociedade não deve gastar mais dinheiro para melhorar a qualidade de vida dos presos", seguido de 23,7% que não concordaram nem discordaram e 34% que concordam com a frase.

Tabela 13: Percepção de residentes em outros tópicos relacionados à segurança pública

O SR.(A) CONCORDA OU DISCORDA COM AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES:

AFIRMAÇÃO	DISCORDA TOTALMENTE	DISCORDA	RESPOSTA DOS ENTREVISTADOS (%)		
			NÃO CONCORDA NEM DISCORDA	CONCORDA	CONCORDA PLENAMENTE
A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL APROVADA PELA CÂMARA DE DEPUTADOS EM JULHO DE 2015, QUE REDUZ DE 18 PARA OS 16 ANOS A PUNIÇÃO DE CRIMES GRAVES COMO HOMICÍDIOS E VIOLAÇÕES	8,4%	14,8%	24,1%	31,8%	21,0%
A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL DEVERIA TAMBÉM INCLUIR CRIMES RELACIONADOS AO TRÁFICO DE DROGAS E ROUBOS	5,8%	14,4%	23,9%	36,8%	19%
A SOCIEDADE NÃO DEVE GASTAR DINHEIRO PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS PRESOS	13,4%	28,6%	23,7%	25,9%	8,5%

14. CONCLUSÃO

Este estudo explorou o conjunto de sentimentos complexos que a polícia inspira nos moradores de favelas. Quando os residentes relacionaram os seus sentimentos com a polícia, eles utilizaram uma linguagem severa. Os moradores de Favelas "temem" e "desconfiam" da polícia, e muitas vezes descrevem seus sentimentos em relação a esta instituição como "revoltantes", "abusivos", "aterrorizantes" e merecedores do "ódio", embora alguns residentes também mencionem o sentimento de "respeito" e "admiração".

Este relatório revela variações importantes de sentimentos em relação à polícia, dependendo de categorias sócio demográficas como cor da pele, idade, renda, religião, estado civil, níveis educacionais e favelas de residência. O relatório também fornece uma compreensão dos fatores que explicam o apoio ou a oposição dos residentes da favela à UPP; como a "pacificação" impactou o comportamento policial em relação à segurança comunitária e pública de forma mais ampla; e quem está em maior risco de ser vítima da polícia e de grupos criminosos.

A UPP deveria enfraquecer o controle territorial dos grupos criminosos armados. Um dos principais objetivos do projeto era "recuperar" esses territórios de grupos criminosos, fornecendo uma presença policial permanente que monopolizaria o uso da violência nas favelas. Em cima desses objetivos principais, as UPPs foram vistas por muitos, tanto dentro como fora da polícia, como uma chance de mudança na relação entre a Polícia Militar e os moradores das favelas; de uma abordagem militarista baseada em "invasões" periódicas a uma forma de polícia orientada para a comunidade.

Em termos de avaliações da UPP, nosso estudo revelou que os residentes têm avaliações extremamente diferentes da estratégia, dependendo das favelas nas quais foram implantadas. No Batan, 60% da população acredita que a UPP foi um passo positivo para os residentes da favela. Na Rocinha, em contraste, mais de 40% discordam de que a UPP era uma força para o bem comum. Providência e CDD estão no meio, com 20% e 30%, respectivamente, acreditando que a UPP foi positiva.

No entanto, enquanto as avaliações da UPP estão longe de ser uniformemente positivas, os entrevistados de toda amostra hesitam em dizer que a UPP deve sair de sua comunidade. No Batan, 74% não acreditam que a UPP deve sair, e o valor correspondente para CDD e Providência é 56% e 37%, respectivamente. Na Rocinha, 30% querem que a UPP saia, 27% que permaneça e 43% não sabem.

O que explica essas diferentes avaliações sobre a UPP? Como podemos explicar a confiança/desconfiança dos moradores na Polícia Militar de forma mais ampla? Abaixo destacamos alguns dos principais resultados do estudo.

As avaliações positivas da UPP são fortemente influenciadas pela capacidade da polícia de recuperar o controle territorial de grupos criminosos e, conseqüentemente, reduzir os confrontos armados entre a polícia e os grupos criminosos. No geral, os residentes do Batan têm opiniões significativamente mais favoráveis da UPP pois, de acordo com nossos entrevistados, a UPP conseguiu recuperar o controle territorial, diminuir os confrontos armados entre a polícia e os grupos criminosos e acabar com o uso ostensivo das armas. Em contraste, em outras favelas, e particularmente na Rocinha e na Cidade de Deus, a UPP não recuperou o controle territorial, portanto, essas áreas permanecem extremamente disputadas pela polícia e os grupos criminosos armados. Nessas configurações, os moradores vivem com medo, capturados entre tiroteios intensos entre a polícia e os traficantes e, portanto, têm avaliações negativas da UPP.

A vitimização nas mãos da polícia desempenha um papel crucial em relação à avaliação dos residentes à UPP. No geral, 16% dos residentes nos disseram que um amigo, alguém que conheciam ou um membro da família havia sido assassinado por um policial; 20% dos residentes tiveram suas casas "invadidas" por um policial ou relataram que eles ou alguém da sua família foram "extorquidos" pela polícia. Não é surpreendente que essas experiências de vitimização tornam os residentes à UPP e a Polícia Militar mais amplamente.

Se um policial agrediu um residente, o seu desejo de permanência da UPP na favela cai de 0,46 para 0,28. Se a polícia invadiu a casa de um residente, seu desejo de que a UPP permaneça diminui de 0,48 para 0,26. Se um residente teve um membro da família extorquido pela polícia, seu desejo de que a UPP permaneça diminui de 0,46 para 0,37. Se a polícia matou alguém que o morador conhecia o efeito vai de 0,46 a 0,40.

Em termos de vitimização por criminosos, 15% relataram que sofreram um assalto à mão armada, que alguém foi assassinado por um criminoso ou tiveram as suas casas invadidas por um criminoso. Se um criminoso mata um membro da família, os residentes avaliam a UPP mais positivamente, embora quando são assaltados na rua, seus sentimentos em relação à UPP se tornam mais negativos.

Referente ao indivíduo que corre mais risco de ser vítima da polícia, os resultados revelam que o homem com menos de 35 anos, sem escolaridade formal, que ganha menos de um salário mínimo, preto ou pardo e não possui religião tem significativamente mais risco de ser vítima da polícia. Comparando essas variáveis, identificamos que idade, falta de escolaridade formal, religião e renda desempenham papéis mais fortes no risco de moradores serem vítimas da polícia do que a cor da pele.

Em termos de incidência de vitimização policial por favela de residência, encontramos a maior incidência na Providência, seguida da Maré e da Rocinha. Os riscos mais baixos foram encontrados no Batan - três vezes menor do que na Providência - e na Cidade de Deus. Em termos de vitimização por criminosos, os maiores riscos foram encontrados na Providência, seguido do Batan e Maré. Os menores riscos foram encontrados em Cidade de Deus e depois Rocinha.

Além da violência policial, os resultados revelam que o fator que mais interessa aos residentes é a honestidade/corrupção da polícia. Entre aqueles que declararam que a maioria dos policiais eram honestos, 0,64 não quer que a UPP saia da sua comunidade. Este número cai para 0,34 entre aqueles que responderam que a maioria dos policiais são desonestos.

A forte presença de grupos criminosos e, em algumas favelas, os frequentes confrontos entre os traficantes e a polícia fazem com que muitos moradores se sintam inseguros e temerosos com suas rotinas diárias, incluindo levar seus filhos para a escola, deixá-los brincar na rua, e visitar "outras áreas".

Os resultados revelam que as mulheres se sentem mais inseguras em suas rotinas diárias do que os homens. Os pretos e os pardos se sentem significativamente mais inseguros do que os brancos. Aqueles com alguma religião se sentem menos inseguros do que aqueles sem religião. Quando os residentes dizem que a polícia é honesta, bem treinada e que os policiais têm boas maneiras, eles se sentem menos inseguros em suas rotinas diárias.

Em termos de local de residência, os moradores do Batan relatam níveis mais baixos de vitimização nas mãos da polícia e também maiores níveis de satisfação com a UPP, todavia, eles se sentem mais inseguros em suas rotinas diárias do que os residentes das outras favelas.

Os residentes do Batan também relatam os níveis mais baixos de confiança em sua comunidade e em seus vizinhos - nesta favela apenas 41% responderam que eles confiam em sua comunidade. Os números correspondentes para Maré são 56% e para Rocinha, Providencia e CDD são 58%, 66% e 63%, respectivamente. É importante destacar os altos níveis de confiança da comunidade e do capital social que persistem nessas áreas.

Ainda em relação à permanência ou não da UPP na comunidade, aparentemente, as percepções dos residentes revelam que a remoção das unidades das favelas seria um retrocesso significativo para a segurança pública local. Embora o projeto de "pacificação" tenha falhado em sua plena capacidade para promover cidadania e segurança aos moradores das favelas, existe um entendimento comum de que o processo ainda é necessário, mesmo considerando que a iniciativa precise de muitas melhorias, conceitualmente e estrategicamente. É importante destacar que os moradores desconfiam da polícia quando relatam que os oficiais são mal treinados, desonestos, agressivos e abusivos. Quando os residentes nos dizem que a polícia é honesta, bem treinada e que os policiais têm boas maneiras, eles se sentem menos inseguros em suas rotinas diárias e também apoiam a UPP e a Polícia Militar de forma mais ampla.

Além das avaliações da UPP e da Polícia Militar, nossos dados exploraram as atitudes dos residentes em relação ao uso da lei e ao uso da força letal policial. Através do uso de algumas experiências de "iniciação", aprendemos que, dentro das favelas, há uma percentual considerável da população que aprova o uso excessivo da força pela polícia quando se trata de criminosos armados e/ou traficantes de drogas. Nossa pesquisa expôs, além disso, que 52% da população concorda que a idade para a imputabilidade legal deve ser reduzida para 16 anos e que a redução da idade legal para a responsabilidade criminal deve incluir crimes relacionados ao tráfico de drogas e ao roubo. Esses resultados revelam importantes percepções sobre como a sociedade percebe a política de punição aos criminosos, independentemente do território ou do status social e econômico.

Referências:

Alston, P. (2010). Report of the Special Rapporteur on Extrajudicial, Summary Or Arbitrary Executions. United Nations, General Assembly.

Amnesty-International (2015). You Killed my Son: Homicides by Military Police in the City of Rio de Janeiro. Technical report.

Arias, E. D. (2006). Drugs and Democracy in Rio de Janeiro: Tracking, Social Networks, and Public Security. Chapel Hill, North Caroline, University of North Carolina Press.

Arias, E. D. and Rodrigues, C. D. (2006). The Myth of Personal Security: Criminal Gangs, Dispute Resolution, and Identity in Rio de Janeiro's Favelas. *Latin American politics and society*, 48(4):53–81.

Barbassa, J. (2015). *Dancing with the Devil in the City of God: Rio de Janeiro on the Brink*. Simon and Schuster.

Cano, I. (1997). *The Use of Lethal Force by Police in Rio de Janeiro*. ISER.

Glenny, M. (2015). *Nemesis: One Man and the Battle for Rio*. House of Anansi Press Incorporated.

Magaloni, B and Cano, I (2015). *Determinantes do Uso da Força Policial no Rio de Janeiro*. UFRJ

Magaloni, B., Franco, E and Melo, V. (2017) *Killing in the Slums: The Problems of Social Order and Police Violence in Rio de Janeiro*.

Souza Silva, E. (2012). *Testemunhos da Maré [Testimonies of Maré]*. Aeroplano Editorial.

Tyler, T. R. (1990). *Why People Obey the Law: Procedural Justice, Legitimacy, and Compliance*.

Tyler, T. R. (2001). *The Psychology of Legitimacy: Emerging Perspectives on Ideology, Justice, and Intergroup Relations*. Cambridge University Press, 45.

Tyler, T. R. (2003). *Procedural Justice, Legitimacy, and the Effective Rule of Law*. *Crime and justice*, pages 283–357.

Tyler, T. R. and Huo, Y. (2002). *Trust in the Law: Encouraging Public Cooperation with the Police and Courts Through*. Russell Sage Foundation.

Anexos:

Este anexo apresenta os resultados de um novo modelo de probabilidade relacionado à questão de permanência ou saída da UPP das favelas selecionadas para este estudo. No texto principal, devido à facilidade de interpretação, realizamos um modelo de logit, agrupando as respostas a esta questão da seguinte forma: aqueles que responderam que não queriam que a UPP saísse, codificamos como 1 e aqueles que responderam "não sei" e "sim" como 0.

Entretanto, dado o percentual alto de respostas "não sei" e o fato de serem diferentes das respostas "sim", o modelo mais apropriado é o que conhecemos como probit ordenado, que é usado para variáveis categóricas que podem ser ordenadas. Nesse caso, podemos assumir que as respostas podem ser solicitadas de forma mais favorável (a UPP não deve sair) para menos favorável (a UPP deve sair), com as respostas "não sabem" entre estas duas.

Para executar o probit ordenado, codificamos as respostas da seguinte maneira: as respostas "não" são codificadas como 2, "não sei" como 1, e "sim" como 0.

A figura abaixo apresenta os resultados do modelo. Os coeficientes são estimativas de log-odds ordenadas para um aumento de uma unidade em uma determinada variável explicativa sobre o nível esperado de resposta (0 a 2) para a questão de saber se a UPP não deve sair, dado que as demais variáveis são mantidas constantes no modelo. Por exemplo, se um residente é uma mulher, em relação a um homem, suas probabilidades de logs ordenadas de estarem em uma categoria superior aumentariam em 0,05 enquanto as outras variáveis no modelo são mantidas constantes.

Os principais resultados do modelo são:

- . As mulheres são significativamente mais propensas a querer que a UPP fique.
- . Relativo aos casais (categoria omitida), solteiros, viúvas e divorciados estão mais inclinados a querer que a UPP permaneça.
- . Aqueles que têm filhos são mais propensos a querer que a UPP saia do que aqueles sem filhos.
- . A idade tem um impacto muito forte em querer que a UPP saia ou fique. Aqueles entre 14 e 25 anos de idade têm, consistentemente, uma preferência maior para que UPP saia, em relação aos grupos mais velhos.
- . Em relação aos brancos, os pretos têm consistentemente uma preferência maior para a saída da UPP.
- . Pardos e brancos não podem ser distinguidos entre si nesta questão.
- . Evangélicos e católicos têm uma maior preferência pela permanência da UPP do que pessoas sem religião.
- . Os entrevistados que pertencem à Umbanda ou ao Candomblé têm a maior preferência pela saída da UPP.

- . Em comparação com os residentes sem educação formal, os residentes com educação formal preferem que a UPP permaneça.

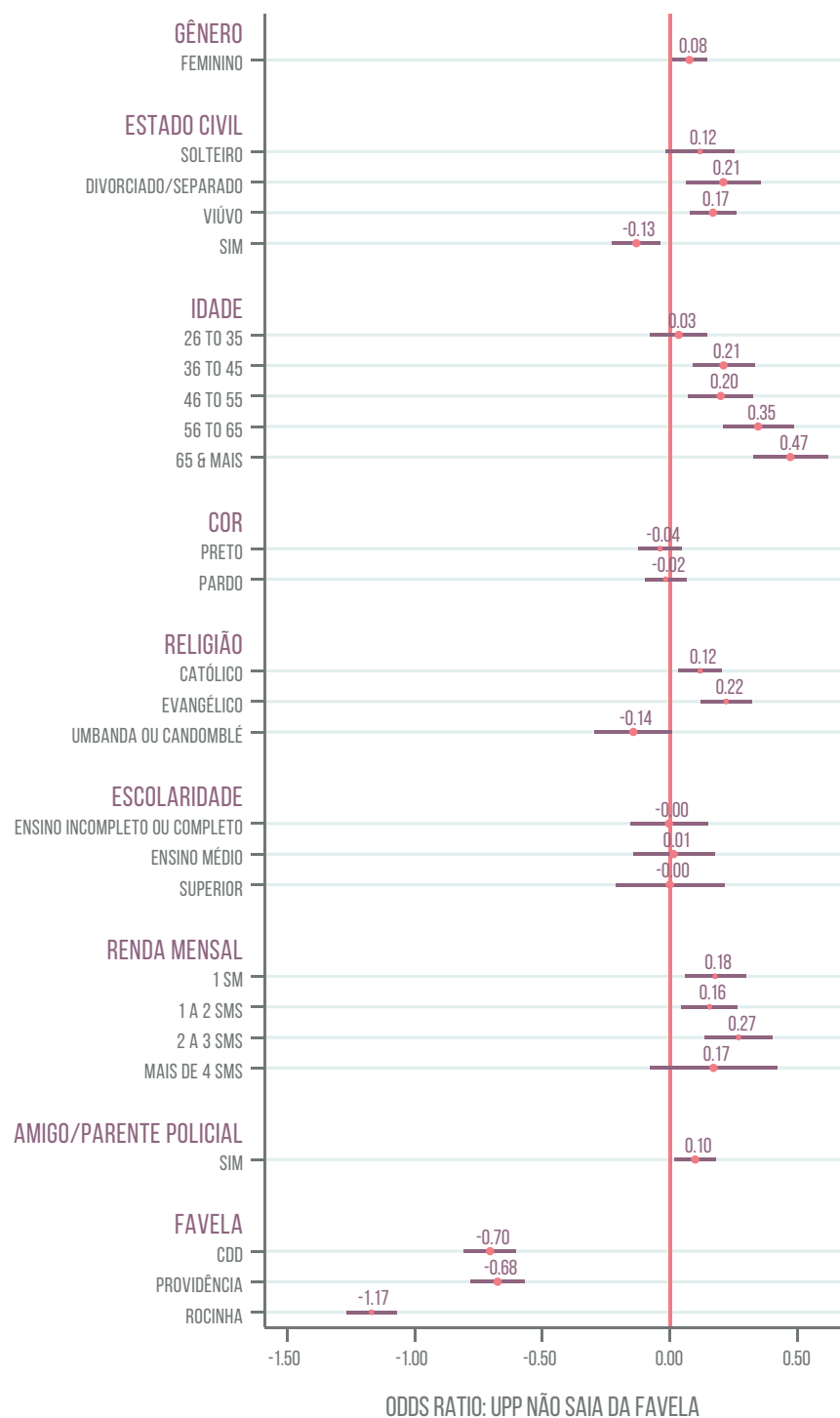
- . Em relação aos que ganham menos de um salário mínimo, aqueles que ganham mais têm uma inclinação mais forte para a permanência da UPP.

- . Aqueles que possuem um amigo ou parente que é policial favorecem a permanência da UPP em relação àqueles que não possuem.

- . Com exceção do Batan, todas as outras favelas têm inclinações mais fortes para que a UPP saia. A Rocinha é a favela onde mais pessoas querem que a UPP se vá, seguida por Providência e CDD.

Para concluir, os resultados são muito semelhantes aos apresentados no texto principal usando um modelo logit. A razão pela qual resolvemos apresentar o modelo logit é que é significativamente mais fácil de interpretar e discutir os resultados.

Figura 31: Modelo Probit: UPP deve permanecer



REALIZAÇÃO

Stanford | CDDRL | Poverty Violence
Governance Lab



OBSERVATÓRIO
DE FAVELAS

redes da
mãe